

Em Santa Albertina e região, população cobra melhorias em estradas e mais ambulâncias



Foto/Rodrigo Romeo/Alesp/divulgação

Comissão de Finanças da Alesp anuncia R\$ 150 mil em emendas para cada uma das 12 cidades da região presentes na audiência pública

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou, nesta quinta-feira (14), a quarta audiência pública do Orçamento 2026, em Santa Albertina. Moradores e autoridades cobraram mais investimentos em infraestrutura, com destaque para obras em um trevo e na vicinal que dá acesso a uma grande usina da cidade, além de recursos para a saúde, em especial a chegada de mais ambulâncias.

O prefeito Gerson Formigoni Júnior alertou para o risco no acesso à usina, que emprega cerca de 1.600 pessoas. "Todo mundo que pas-

sa por ali corre risco de vida", afirmou. O deputado Carlão Pignatari (PSDB) reforçou o apelo: "Esse trevo está matando pessoas. Essa obra precisa entrar no orçamento do estado e é importante para toda a região".

Representantes de cidades como Santa Fé do Sul e Jales pediram reforço na frota de ambulâncias. "Nosso centro de referência é São José do Rio Preto, e os veículos estão sucateados de tanto rodar", disse Leandro Magoga, secretário de Planejamento de Santa Fé do Sul.

Outras demandas – Também de Santa Fé do Sul, a vereadora Teresinha Alca-

mim pediu recursos para ampliar o programa de castração da cidade de forma contínua. De Palmeira D'Oeste, o vereador Alan Martins Pereira solicitou novos ônibus escolares para substituir veículos antigos. Já o vereador Luiz Donizeti Barbosa (Santa Albertina) reivindicou uma balança para caminhões de carga agrícola, evitando deslocamentos até Jales somente por conta da balança.

Recursos garantidos – A Comissão de Finanças da Alesp dispõe de recursos próprios no orçamento estadual destinados às regiões-sede das audiências públicas. Nesta sexta-feira,

os deputados Gilmaci Santos (Republicanos), presidente da Comissão; Luiz Claudio Marcolino (PT) e Enio Tatto (PT), Dirceu Dalben (Cidadania) e Carlão Pignatari (PSDB), membros da comissão, anunciaram R\$ 150 mil para custeio da saúde de cada uma das 12 cidades participantes. "É um valor pequeno perto do que esses municípios precisam e merecem, mas é um gesto que nós conseguimos nessa inovação a partir do ano passado", comentou Dalben.

A medida – que ressalta o dinamismo, comprometimento com a população e importância das audiências

públicas a cada ano que passa - tem a chancela do presidente do Parlamento Paulista, o deputado André do Prado (PL). Os valores serão votados ao final do ano pelo Plenário da Alesp e repassados oficialmente em 2026.

O presidente da comissão e atual líder do governo na Alesp, Gilmaci Santos, informou ainda que o governo estadual deve anunciar em breve a entrega de ambulâncias e que buscará solução para o trevo da usina junto aos órgãos competentes.

O Orçamento – Entre os meses de agosto, setembro e outubro, os deputados integrantes da Comissão de

Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp viajarão 30 cidades de diferentes regiões do Estado para consultar, diretamente com os cidadãos, quais são as principais demandas dos municípios paulistas.

Todo o trabalho produzido durante esses encontros será incorporado à Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse documento prevê a arrecadação estadual e fixa as despesas do ano seguinte.



Foto/Rodrigo Romeo/Alesp/divulgação



Foto/Rodrigo Romeo/Alesp/divulgação



Foto/Rodrigo Romeo/Alesp/divulgação

Todo o trabalho produzido durante esses encontros será incorporado à Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse documento prevê a arrecadação estadual e fixa as despesas do ano seguinte

UNJALES se destaca no STF Moot e conquista posição entre as melhores do Brasil

Trabalho do curso de Direito fica em primeiro lugar na região noroeste e em quinto lugar no Estado de São Paulo

O Centro Universitário de Jales conquistou uma posição de destaque na primeira edição do STF Moot, competição promovida pelo Supremo Tribunal Federal que simula o julgamento de um caso hipotético, com o objetivo de fomentar o estudo do direito constitucional e desenvolver competências práticas nos estudantes de Direito.

Nesta edição inaugural, o STF homologou 343 inscrições de instituições de ensino superior de todas as regiões do país. Após análise da Comissão Acadêmica,

que desconsiderou inscrições com pendências documentais ou múltiplas inscrições por instituição, 250 equipes tiveram suas peças avaliadas e pontuadas.

A equipe do curso de Direito do UNJALES ficou em 28º lugar na classificação geral, com nota 68,7, destacando-se como a melhor colocada da região noroeste do Estado de São Paulo, superando a segunda instituição da região por 25 posições, além disso, conquistou o quinto lugar em todo o Estado. O resultado colocou o Centro Universitário de Jales entre as 30 melhores instituições do país na competição, evidenciando o alto nível de formação oferecido. A primeira fase do STF

Moot consistiu na entrega de memoriais escritos, elaborados com base em um caso fictício de relevância constitucional, o qual exigia dos participantes habilidades argumentativas, domínio teórico e conhecimento técnico-jurídico.

No UNJALES, a preparação e elaboração do trabalho foram conduzidas pelos docentes Lara Ludimila Alençar Antunes e Marcos Vinicius de Jesus Miotto, com a participação dos estudantes Alvaro Henrique de Brito Rodrigues, Iasmin Pereira de Lima Bonfim, Luiz Braz de Melo Machado Junior, Mateus Gabriel Balsamão da Silva, Matheus Henrique dos Santos Panisso e Raissa Sant'Ana Bueno.

O reitor do Centro Universitário de Jales, Oswaldo Soler Junior, parabenizou os docentes e alunos pela conquista e também destacou o trabalho da coordenadora do curso de Direito, Profa. Ma. Érica Molina Rubim, pelo empenho contínuo na formação de excelência oferecida aos estudantes. "Esse resultado no STF Moot reforça o compromisso do UNJALES com a qualidade acadêmica e a preparação dos nossos alunos, que se destacam não apenas em competições acadêmicas, mas também em processos seletivos e exames como o da OAB. Parabéns a todos os envolvidos por mais esse importante reconhecimento", afirmou.



fotoscom/divulgacao/unjales

Os alunos e docentes responsáveis pelo projeto, reunidos com o reitor do UNJALES, Oswaldo Soler Junior e a coordenadora de Direito, Profa. Ma. Érica Molina Rubim



José Renato Nalini é Reitor da UNIREGISTRAL, docente da Pós-Graduação da UNINOVE e Secretário-Executivo das Mudanças Climáticas de São Paulo

É disso que precisamos

Verdadeiro truismo dizer que a educação brasileira claudica e não prepara as novas gerações para o mundo competitivo e inovador. A sociedade contemporânea precisa de eficiência e um ensino anacrônico, baseado em transmissão de informa-

ções está muito longe de formar os profissionais necessários para os desafios presentes e do futuro.

O Brasil tem oferecido a escola convencional, muito distante das necessidades do presente e completamente alheia às urgências do futuro. Não se estimula a pesquisa pura nas ciências duras, não se atualiza o ensino da matemática, da física, da química, da biologia. Enfatiza-se o rol das humanidades, multipli-

cando-se as escolas de nível "superior" que formam bacharéis destinados ao subemprego e à decepção.

Enquanto isso, países mais adiantados se empenham a treinar sua juventude para a era digital, em que já mergulhamos. A USP e a FAPESP, duas exceções na mediocridade predominante, sabem disso. Tanto que participaram da Feira VivaTech, um dos mais exitosos eventos de tecnologia europeia. É um

encontro para prestigiar o ecossistema de startups e inovações e participaram catorze mil startups.

Dezenove startups da USP e FAPESP ocuparam o estande do Brasil e apresentaram aos mais de cento e oitenta mil visitantes, de cento e quarenta países, tecnologias disruptivas nas áreas de saúde, agricultura, sustentabilidade, clima, energia, meio ambiente, mobilidade e inteligência artificial.

O tema "Estratégias do Estado de São Paulo para um Hub Global de Tecnologia" foi um dos apresentados e, conforme declarou o Reitor Carlos Gilberto Carlotti Júnior, "a USP sempre fez inovação, mas nos últimos anos temos acentuado essas atividades. Queremos estar cada vez mais próximos da população, seja por meio de políticas públicas, seja na produção de soluções para as cidades".

É disso que o Brasil preci-

sa: de uma Universidade atendida com as necessidades e urgências de seus municípios, instância a mais importante para o enfrentamento das emergências climáticas. Ninguém mora na União ou no Estado. As pessoas nascem, vivem e morrem na cidade. Esta merece toda a atenção da ciência e do governo. É a juventude brasileira precisa de mais ciência e de mais estímulo para criar suas startups.

FOLHAGERAL

da redação

Grande parte dos eleitores brasileiros escolhe e prestigia políticos, porque eles se expressam com demonstrações de seriedade, dignidade e imparcialidade. Os políticos sempre sustentam sua integridade, mesmo quando são flagrados em delitos.

Nestes tempos de comunicação abundante – sustentada por tecnologias eficientes e baratas – os formadores de opinião disseminam notícias verdadeiras e falsas, manipulando os eleitores vulneráveis à persuasão.

A avaliação da qualidade dos políticos que pode ser medida pelo tamanho, custo, eficiência e representatividade das estruturas que a classe política organiza e mantém para sua própria utilização.

No nosso país, o tamanho, o custo, a eficiência e a representatividade do Congresso Nacional – formado pela Câmara dos Deputados (com 513 deputados) e pelo Senado Federal (com 81 senadores) – servem de base para avaliar a qualidade dos políticos brasileiros.

É evidente que o tamanho e o custo do Congresso Nacional geram impactos importantes na eficiência (econômica e operacional) e na representatividade (política e social). Se os deputados e senadores fazem despesa com isso, não são políticos confiáveis.

Segundo dados oficiais, a Câmara dos Deputados do Brasil possui 2.643 servidores efetivos; 9.862 secretários parlamentares; 1.718 cargos de natureza especial; 513 deputados e 196 estagiários. São 14.932 servidores ativos.

Além disso, a Câmara possui 3.287

servidores efetivos aposentados; 379 deputados aposentados; 1.239 pensionistas de servidores efetivos e 467 pensionistas de deputados. São 5.372 servidores inativos.

Somando 14.932 servidores ativos a 5.372 servidores inativos, o número total de servidores agregados à Câmara dos Deputados perfaz 20.304 servidores. Para reflexão: no Estado de São Paulo, com menos de 20.304 habitantes, existem 390 municípios.

É importante notar que os 9.862 secretários parlamentares são contratados diretamente pelos deputados para prestar serviços de assistência e assessoria em seus gabinetes. Esse número é muito maior do que o de 2.643 servidores efetivos ativos.

Pesquisa recente da "Inter-Parliamentary Union" (organização mundial com sede na Suíça), revela que a Câmara dos Deputados do Brasil é a maior e mais cara do planeta, com 14.001 servidores e orçamentos anual de 3,19 bilhões de dólares.

A mesma pesquisa revela que a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos fica em segundo lugar, abaixo da brasileira, em tamanho e custo. Lá existem 9.247 servidores e orçamento anual é de 1,85 bilhões de dólares.

O Brasil tem 8.510.000 Km² e 218 milhões de habitantes. Os Estados Unidos têm maior território e maior população: 9.867.000 Km² e 342 milhões de habitantes. Contrariamente, o Brasil tem 513 deputados federais e os Estados Unidos têm 435.

O trabalho de pesquisa da Inter-Parliamentary Union abrangeu 97 países. Atingiu países variados em extensão territorial, em população e em de-

envolvimento. É possível concluir que a classe política brasileira é grande, ineficiente, cara e pouco representa o povo.

Nesta época, é possível ver como a elite política brasileira se comporta, dividida por interesses particulares, trocando ofensas, sem a mínima intenção de unir forças para enfrentar a guerra tarifária que pode sacrificar empresários e trabalhadores brasileiros.

Os políticos brasileiros não estão preocupados em promover uma reforma política no país para favorecer a nação. Os eleitores continuam incapazes de enxergar a realidade política, acreditando em aparências.

A Área Azul em Jales ainda vai vir "caso de polícia" de tanta reclamação.

Antes que isso aconteça, o Poder Legislativo Municipal precisa agir energeticamente e não ficar nos pedidos de informações por requerimento, que não dão em nada.

O presidente do legislativo municipal precisa colocar embaixo do braço, ou melhor, sobre a mesa, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, e tomar as providências.

Afinal de contas, ele mesmo disse que os nobres vereadores estão sendo bombardeados pelos usuários da Área Azul com reclamações.

A abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) é o melhor caminho para desvendar o que está acontecendo.

Um dos assuntos veiculados recentemente nas redes sociais, sem repercussão tão esperada, foi a notícia de que o prefeito Luis Henrique já teria o nome para apoiar

em 2026.

A divulgação do nome de sua preferência chamou a atenção por um simples fato: ser o da primeira dama Alziane Rossafa Moreira, sua esposa, de tradicional família jalesense.

Aliás, um sobrenome muito mais do que benquisto junto à população. Admirável.

A família elegeu Manolo Rossafa (falecido) e Durval Rossafa (Balim), vereadores por mais de um mandato..

Então, a primeira-dama Alziane Rossafa, vem de um clã de políticos.

Para os "analistas" lá do botequim da vila, a notícia foi lançada como um "balão de ensaio" para medir a temperatura política do momento.

Segundo eles, faltou ar no balão e o momento não foi apropriado, deixando algumas pessoas com uma cara de poucos amigos.

Evidente que alguns políticos ligados ao prefeito Luis Henrique planejam ou planejavam – ante a notícia – candidatar-se ao cargo com o apoio do alcaide, estranharam a notícia.

Pode ter sido um balde de água fria na pretensão de todos os pretendentes. Se a tese vier, o eleitor jalesense não esqueceu que elegeu uma mulher para o cargo do Executivo e ficou frustrado e decepcionado.

Gato escalado geralmente tem medo de água fria, e, lembrando uma frase atribuída ao saudoso Vicente Mathues, ex-presidente corinthiano "isso pode ser uma faca de dois legumes"

Palavras de Chico Xavier

"A Doutrina Espírita estará tão bem depois da minha desencarnação quanto estava antes, porque eu não sou pessoa com qualidades especiais para servi-la. Eu sou um médium tão comum, tão favel, como qualquer outro. Não me sinto uma pessoa necessária e muito menos indispensável. Outros médiums estarão aí, interpretando o pensamento e a mensagem dos nossos amigos espirituais, e eu peço a Deus apenas que não me deixe falir na minha tarefa".



Texto extraído do livro Evangelho de Chico Xavier

Esta coluna tem o patrocínio e responsabilidade da Associação Espírita "Chico Xavier" de Jales Rua Goiás, 4336 - CEP 15700-002 - Jardim Paulista - Jales/SP

Câmara dos Deputados aprova criação de dois grupos parlamentares

Foram criados grupos sobre o café e de diplomacia parlamentar com a República Democrática do Congo

foto:José Fernando Ogura/ANP



Um dos grupos criados vai defender os interesses do setor de café

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (14) dois projetos de resolução (PRCs) que criam grupos parlamentares sobre o café e de diplomacia parlamentar com a República Democrática do Congo. As resoluções (27/25 e 28/25) já foram promulgadas. Em geral, os grupos parlamentares promovem visitas, encontros, intercâmbio de experiências e permuta de publicações e trabalhos sobre temas legislativos. Não há ônus para a Câmara, e a adesão dos deputados é facultativa. Grupos criados – O PRC

135/04, do ex-deputado Silas Brasileiro (MG), institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café. Conforme o autor, o Poder Legislativo não pode ficar indiferente a esse importante setor da agricultura brasileira. O PRC 236/05, do ex-deputado Philemon Rodrigues (PB), cria o Grupo Parlamentar Brasil-República Democrática do Congo. Segundo ele, a constituição desses grupos é um mecanismo útil à atividade parlamentar. Por Ralph Machado* Edição – Natalia Doederlein Fonte: Agência Câmara de Notícias

Dengue no município de Jales

Os dados abaixo foram coletados nesta sexta-feira, 15 de Agosto, às 16 horas, no Núcleo de Informações Estratégicas em Saúde (NIES) da Secretaria de Estado da Saúde



Jornal Folha Noroeste Digital

Circulando Universalmente

CNPJ 09.290.199/0001-04 – Inscrição Municipal 18.455
Diretor responsável Roberto Carvalho
Rua São Paulo nº 1.764 - Bairro IV Centenário
CEP 15.704-042 – Jales – SP – Cel. 99708-5357
Blog: www.folhanoroeste.blogspot.com
https://www.facebook.com/folhanoroestedejales/
e-mail: folhanoroeste.jales@gmail.com
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

Artigo & Opinião

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifief, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio –SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

Foto/Andria Tarelow/divulgação



“O povo come pão, não ideologia”: A lição de Mário Soares, ex-presidente de Portugal

Durante anos, todo mês de julho, a Universidade de Coimbra, em parceria com o Parlamento Europeu, promove um curso de férias. Eu fui durante muitos anos convidado para dar uma palestra neste evento, que contava com a presença de autoridades e professores de diversos países.

Em um desses anos, minha palestra foi ao lado do ex-presidente de Portugal, Mário Soares. Após nossas apresentações, fomos almoçar. Minha falecida esposa, a advogada Ruth Vidal da Silva Martins, que sempre me acompanhava e também era cidadã portuguesa por conta de nossos ancestrais – gostávamos de estar em Portugal, sendo que sou catedrático da Universidade

do Minho, em Braga, desde 2009 e acadêmico da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, em Lisboa, desde 2004 -, aproveitou o almoço para questionar o ex-presidente.

Ele perguntou: “Senhor presidente, como o senhor, que sempre defendeu teorias socialistas e marxistas conseguiu, ao assumir a presidência de Portugal, dialogar com todas as correntes políticas e ser considerado um presidente extremamente conciliador? Como o senhor conciliou sua ideologia com o exercício da presidência?”

A resposta do ex-presidente foi: “Minha senhora, o povo come pão, não come ideologia. Eu tive que ser presidente de Portugal,

independente das minhas convicções, e tenho a sensação de que ocorre o mesmo no relacionamento com seu marido. Nós nos damos muito bem, apesar de termos correntes de pensamento diferentes. Eu sempre procurei dialogar, porque a política é feita de diálogo”.

Mário Soares foi um presidente que, após a Revolução dos Cravos e já na fase mais aguda da Revolução de 25 de abril, quando foi eleito, deixou a presidência com admiração total do povo português. Mesmo em suas visitas ao Brasil, quando esteve na Ordem dos Advogados, e em nossas idas a Portugal, sempre dialogava, apesar de suas convicções ideológicas.

A fala do ex-presidente de Portugal, Mário Soares, de que “o povo come pão, não come ideologia”, é uma profunda reflexão e exatamente o que precisamos aplicar no Brasil.

Atualmente, enfrentamos uma grave crise com o governo dos Estados Unidos. Estou convencido de que o principal fator para isso foram os discursos agressivos e gratuitos do presidente Lula contra o presidente Trump. Ao contrário, o presidente Milei, da Argentina, por exemplo, não sofreu nenhuma represália; e temido benefícios do governo estadunidense, inclusive em nível de tarifas. Nós poderíamos ter vantagens semelhantes por estarmos no mesmo continente, se nos-

so discurso fosse mais coerente com o de um país ocidental e de livre iniciativa, tal qual prevê a Constituição brasileira em seu artigo 170. Desse modo, não estaríamos vivenciando essa terrível crise.

Sinto, ao conversar com cada empresário, as grandes dificuldades que eles enfrentam ao buscar canais próprios para solucionar a questão do tarifaço de 50% aos produtos brasileiros e convencer o presidente Trump a ouvir o Brasil, apesar dos ataques do presidente Lula.

Não é verdade que estamos discutindo questões relativas à soberania nacional, pois ninguém está invadindo o Brasil. O que está em pauta é o comércio in-

ternacional: tarifa é matéria econômica, mas pode trazer consequências gigantescas para um país com um Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 2 trilhões e 100 bilhões de dólares, se entrar nessa guerra inútil com uma nação cujo PIB está em torno de 30 trilhões de dólares.

É fundamental que tentemos levar o governo a conversar e dialogar, procurando não agir como o presidente Lula, que fica gritando, atacando e chamando o governo Trump de imperador do mundo, etc.

Precisamos de diálogo. Como disse acima, a questão é econômica, não estando em discussão a soberania nacional. Vale, pois, refletirmos sobre isso.

Resistência ao autoritarismo no Brasil: dever cívico, não opção

foto/arquivopressocial/divulgação



Rosana Valle é deputada federal pelo PL-SP, em segundo mandato; presidente da Executiva Estadual do PL Mulher de São Paulo; jornalista por formação há mais de 25 anos; e autora dos livros “Rota do Sol 1 e 2”

param as Mesas Diretores da Câmara e do Senado Federal para exigir que a maioria parlamentar seja respeitada e que a pauta legítima do povo brasileiro seja votada. Não importando, inclusive, se as matérias serão aprovadas ou não! Afinal, isso é Democracia. Mas não colocar em apreciação e votação, não deixar com que a Casa de Leis cumpra seu papel é fletar com o retrocesso num País que há tempos é livre e que tem no Parlamento a garantia da participação dos cidadãos na tomada de decisões políticas e no controle do poder público.

Entre os temas travados no Congresso Nacional está o “pacote da pacificação do Brasil”, que inclui o Impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a votação da anistia às conde-

nações – ao meu ver, desproporcionais – dos responsáveis pelos atos de 8 de janeiro de 2023.

Não se trata de briga pessoal ou disputa de vaidades. Trata-se de um princípio elementar: nenhum Poder pode funcionar com autonomia se outro o subjuga. E, tal percepção não vem apenas da oposição. Foi reforçada e chancelada por líderes nacionais, como os governadores Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), Jorginho Mello (PL-SC) e Tarciso Gomes de Freitas (Republicanos-SP), que defendem a urgência de devolver ao Parlamento sua função constitucional precisa de legislar sem pressão, nem opressão.

O caso recente da prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), somada à censura de suas redes sociais e à proibição de con-

ceder entrevistas, é o símbolo mais evidente do que se denuncia, nos últimos dias: o uso desvirtuado do Poder para calar adversários políticos e interditar o debate público. Isto não é Justiça. É perseguição!

Participei da mobilização na Câmara dos Deputados, na última semana, porque acredito que a omissão, neste momento, seria histórica — e imperdoável. Cumprir meu dever de representar quem me elegeu: defender a liberdade, a Constituição Federal e o direito de o Poder Legislativo funcionar sem coerção.

Por isso, é preciso, também, fazer um apelo direto ao presidente da Câmara, deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB): punir parlamentares por uma mobilização legítima seria aumentar ainda mais as injus-

tiças que já estão sendo cometidas no Brasil. Afinal, o que a sociedade espera da Casa de Leis é coragem para resistir ao autoritarismo, não submissão.

A Democracia não se perde de uma só vez. Ela se deteriora aos poucos, progressivamente, quando as instituições deixam de reagir; quando o silêncio substitui a resistência, e quando o medo passa a ditar o comportamento dos representantes eleitos pela população. Por isso, não se pode baixar a guarda.

Com o movimento na Câmara dos Deputados e no Senado, reagimos. A história que está sendo escrita vai mostrar quem esteve ao lado da Democracia, da liberdade e do povo brasileiro. Se opor aos exageros e ao que está errado, sim, é imperativo!

O Brasil atravessa um momento grave e, neste cenário, fingir normalidade seria, no mínimo, agir com cumplicidade. O que aconteceu recentemente no Congresso Nacional, em Brasília-DF, não foi apenas uma ação de obstrução legislativa: foi ato

legítimo de resistência contra o sufocamento de um Poder pelo outro – mais um alerta claro de que a balança da Democracia está pendendo, perigosamente, para um único lado.

Deputados federais e senadores da República ocu-

Digitalização da saúde na mira do Judiciário

foto/arquivopressocial/divulgação



Claudia de Lucca Mano é advogada e consultora empresarial atuando desde 1999 na área de vigilância sanitária e assuntos Santana

de, é essencial respeitar os limites impostos pela legislação sanitária e pela ética profissional.

Uma decisão recente da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, no caso envolvendo a rede farmacêutica Pague Menos, reacendeu importantes discussões sobre a legalidade e os riscos regulatórios desse modelo. A sentença destacou que a oferta de serviços médicos vinculados à atividade comercial das farmácias pode configurar violação ao Código de Ética Médica, além de prática abusiva como a venda casada — proibida pelo artigo 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

Não se trata de um caso isolado, mas de uma tendência cada vez mais presente no mercado da saúde: a estruturação de serviços médicos online acoplados a

plataformas de venda. A telemedicina, que surgiu como resposta emergencial à pandemia e foi consolidada com a Lei nº 14.510/2022, trouxe avanços significativos no acesso ao cuidado. Hoje, além das consultas síncronas (ao vivo), também são permitidas as chamadas teleconsultas assíncronas, nas quais o paciente responde a questionários online e o médico analisa posteriormente.

Na prática profissional, observo um crescimento expressivo na solicitação de pareceres sobre os riscos dessas iniciativas. São cada vez mais comuns projetos estruturados nesse modelo, desde startups até grandes multinacionais. O foco, em muitos casos, recai sobre nichos comerciais altamente lucrativos, como serviços de emagrecimento, prescrição de hormônios ou suple-

mentos, e dispositivos injetáveis com apelo estético. Não é raro encontrar divulgação de canetas de GLP-1 (semaglutida, tirzepatida) para perda de peso com base apenas em formulários automatizados, sem avaliação presencial — ou sequer virtual — do paciente.

Chama atenção o risco de caracterização da captação e intermediação indevida de fórmulas magistrais, sobretudo quando há envolvimento com farmácias de manipulação. Trata-se de tema amplamente judicializado até cerca de quinze anos atrás, e que foi enfrentado com a promulgação da Lei nº 11.951/2009, que incluiu, na Lei nº 5.991/1973, a proibição desse tipo de prática. Na época, o foco estava na interação entre farmácias de manipulação e drogarias que atuavam como intermediárias entre paciente e laboratório.

Além do risco clínico, preocupa a banalização do ato médico. A consulta torna-se

item de assinatura. O cuidado vira etapa do funil de vendas. O médico, um carimbador de decisões comerciais. O paciente, um consumidor que já inicia sua jornada de saúde com um produto predeterminado. Não é exagero dizer que estamos diante de uma linha tênue entre a inovação regulada e um modelo de negócio predatório.

Para a magistrada que proferiu a decisão, a prestação de serviços médicos sem o devido registro no Conselho Regional de Medicina configura prática irregular e perigosa, sujeitando as empresas a multas e suspensão das atividades.

Estaria o médico se tornando uma mera peça na engrenagem comercial, enquanto o paciente se vê cada vez mais desassistido?

Por outro lado, acredito fortemente na possibilidade de se estabelecerem parcerias éticas e responsáveis entre prescritores e farmácias, desde que pautadas

por critérios regulatórios bem definidos e práticas transparentes. A decisão judicial mencionada serve de alerta e deve ser compreendida como orientação educativa: inovações tecnológicas não podem suplantarem exigências estruturais e éticas.

Assim, recomenda-se cautela às empresas do setor farmacêutico ao investir nessas plataformas, garantindo, acima de tudo, o respeito à autonomia profissional, às normas sanitárias vigentes e ao Código de Defesa do Consumidor — evitando riscos regulatórios relevantes e protegendo, sobretudo, a saúde e a segurança dos pacientes.

A decisão da Justiça Federal do RS acerta ao impor limites. Não se trata de frear a digitalização da saúde, mas de reafirmar distinções éticas inegociáveis. Medicina e farmácia são profissões com finalidades distintas. Um médico não deve prescrever com base em interesses comerciais.



A prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro, decretada em 4 de agosto, não é apenas um acontecimento jurídico de grande repercussão. Ela também representa um ponto de inflexão simbólico para o país, um momento que convida à reflexão sobre como estamos decidindo nossos rumos, tanto no campo institucional quanto no cotidiano das organizações e da vida social.

Não são apenas as decisões políticas que estão em jogo. Há algo mais profundo que raramente ganha espaço no debate público:

Entre o medo, a consciência e a alta performance: o Brasil diante de decisões invisíveis

Fernando Manfió é engenheiro, especialista em gestão de riscos, mentor de líderes e criador da metodologia Cultura Decisiva, que integra neurociência, inteligência emocional e estratégia para transformar padrões inconscientes de decisão em alta performance organizacional.

as decisões invisíveis que operam abaixo da superfície, movidas por padrões emocionais, automatismos inconscientes e crenças que muitas vezes escapam à nossa percepção. É o que denominamos de "Território Invisível da Decisão", um campo onde o medo se disfarça de prudência, a reatividade se mascara de estratégia e escolhas importantes são feitas sem a devida presença ou responsabilidade.

Nessas camadas mais sutis, a polarização política deixa de ser um fenômeno meramente ideológico e se revela como um padrão coletivo de defesa emocional. A lógica do "nós contra eles" se impõe não porque é eficaz, mas porque oferece uma sensação momentânea de controle e pertencimento. Em cenários de instabilidade, a tendência natural é

tomar decisões apressadas, defensivas ou automatizadas, podendo acontecer nas instituições, nos mercados e nas relações interpessoais, e é aí que mora o risco de repetir erros com roupagens diferentes.

A maior parte das decisões humanas não é racional. Estudos da Harvard Business School e do professor Gerald Zaltman indicam que mais de 90% das escolhas são tomadas de forma inconsciente e só depois revestidas de justificativas racionais. Acreditamos que estamos decidindo com lógica, mas frequentemente estamos apenas organizando argumentos para sustentar uma decisão que já foi tomada, medo ou vaidade.

Diante desse cenário, o desafio contemporâneo das

lideranças - políticas, empresariais, institucionais - é desenvolver maturidade decisória. Isso implica sair do piloto automático e acessar níveis mais profundos de consciência, onde a intenção, a atenção e a atitude estejam alinhadas. Chamo esse tripé de IA²: a combinação entre intenção clara, atenção plena ao contexto e atitude coerente com os valores que se deseja sustentar.

Essa mudança de postura não é trivial. Exige coragem para encarar os próprios vieses, disposição para ouvir o contraditório e capacidade de sustentar a ambiguidade sem recorrer a fórmulas prontas. Ao contrário do que muitos pensam, alta performance não nasce de certezas absolutas ou de decisões rápidas, ela emerge da capacidade de susten-

tar escolhas consistentes mesmo diante da pressão, da urgência e do ruído.

Não basta reagir aos acontecimentos, mas sim recriar os fundamentos que sustentam a cultura decisória de um país. Punir erros do passado é importante, mas insuficiente, pois o que nos interessa agora é como criar um ambiente onde decisões possam ser tomadas com mais presença, mais escuta e mais responsabilidade coletiva. Isso vale para o Congresso, para as empresas, para a educação, para as comunidades e para cada indivíduo que participa do debate público ou conduz um time.

O Brasil não vive apenas uma crise política. Vive uma crise de decisões, ou melhor, de como estamos decidindo. As manchetes mudam, os nomes mudam, os cargos

mudam, mas se não mudarmos a estrutura invisível que comanda nossas escolhas seguiremos repetindo ciclos de instabilidade e frustração. O futuro de um país não é determinado apenas por seus planos, mas pela qualidade das decisões que os sustentam. E a pergunta que se impõe neste momento histórico é tão simples quanto decisiva: de onde estão vindo nossas escolhas, do medo, da consciência ou da coragem de criar o novo?

*Fernando Manfió é engenheiro, especialista em gestão de riscos, mentor de líderes e criador da metodologia Cultura Decisiva, que integra neurociência, inteligência emocional e estratégia para transformar padrões inconscientes de decisão em alta performance organizacional.

Alunos de Psicologia realizam Cerimônia do Jaleco



Os acadêmicos das duas turmas, reunidos no canteiro central em frente ao Centro Universitário de Jales, e a representante do 4º semestre, Tayna Chapichi Corrêa, representou os alunos no discurso de encerramento, rodeada pelas docentes, Profa. Ma. Ana Paula dos Santos Prado e Profa. Dra. Regina Maria de Souza

Os acadêmicos dos 2º e 4º semestres do curso de Psicologia do Centro Universitário de Jales, sob a coordenação da Profa. Dra. Regina Maria de Souza, viveram um momento de transição que marca o início de uma nova fase em suas trajetórias: a Cerimônia do Jaleco.

Esse instante especial foi

cuidadosamente preparado junto à Profa. Ma. Ana Paula dos Santos Prado. Após uma abertura acolhedora, ela orientou cada estudante sobre como posicionar o jaleco no braço direito, para que, num gesto simbólico e cheio de significado, ela pudesse vesti-lo, conferindo à ação um toque de cuidado

e pertencimento.

Mais do que uma simples peça de roupa, o jaleco simboliza um compromisso profundo. Ele representa empatia, ética, responsabilidade e respeito: fundamentos essenciais da Psicologia. Vestir esse símbolo é assumir, de forma consciente, o compromisso com uma prática

profissional comprometida com o ser humano.

Essa cerimônia é um verdadeiro rito de passagem. Assim como em outras áreas da saúde, o momento em que o estudante é vestido com o jaleco simboliza a entrada na prática e na vivência ética com o outro. A cor branca traz ainda a ideia



de limpeza, serenidade e cuidado, reforçando a importância da vestimenta como símbolo de confiança e dedicação.

Foi um momento íntimo, carregado de significado: a transição da teoria para a prática, refletindo respeito pela profissão que abraçam e honrando o jaleco que

agora se torna parte da identidade deles.

Para fechar com carinho, a cerimônia foi seguida por um coffee break, onde os olhares se encontraram, as expectativas foram compartilhadas e a emoção de um novo capítulo se fez presente, simples, mas carregado de afeto e significado.

STF decide que as empresas de energia elétrica devem devolver o dinheiro que cobraram a mais dos clientes

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, nesta quinta-feira (14), a validade da norma que determina a destinação aos consumidores, via desconto na tarifa, dos valores devolvidos às empresas de energia elétrica pela União em caso de cobranças indevidas de impostos ou tributos. O entendimento segue posição defendida pelo Ministério Público Federal (MPF), que apontou a constitucionalidade da restituição, prevista na Lei n.º 14.385/

2022. Para o MPF, destinar às empresas os totais cobrados a maior significaria o enriquecimento ilícito das concessionárias e permissionárias de energia elétrica.

A lei que prevê o repasse integral de valores aos consumidores foi editada após decisão do Supremo que transformou as empresas de energia elétrica em credoras bilionárias da União. Na ocasião, o STF determinou a exclusão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e so-

bre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Como a maior parte dos impostos já haviam sido pagos, a decisão gerou créditos tributários estimados em mais de R\$ 50 bilhões, a serem restituídos pela União. A lei

estabeleceu que esses totais devem voltar integralmente para os consumidores por meio de desconto nas tarifas, mas a regra foi questionada perante o STF na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 7324, proposta pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

O MPF defendeu a legalidade da previsão. Argumentou que a norma trata de política tarifária, não de direito tributário, o que dispensa a edição de lei complementar. Apontou

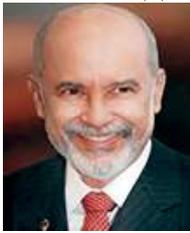
também que os impostos pagos pelas empresas já são cobrados dos consumidores na conta de energia, uma vez que, pela regulação do setor elétrico, os custos do PIS/Cofins recolhido pelas distribuidoras são incorporados às tarifas. Assim, qualquer restituição deve beneficiar os usuários, e não as empresas. Se fosse destinado às concessionárias, o ressarcimento representaria apropriação indevida dos créditos tributários, ganho sem justificativa e enriquecimento ilícito.

Ao decidir pela validade da norma, o Supremo determinou que devem ser excluídos da restituição os valores pagos pelas empresas a título de tributos e honorários a advogados. Além disso, as concessionárias devem ressarcir aos consumidores as cobranças feitas nos dez anos anteriores ao momento em que receberam os valores devolvidos pela União. As empresas que já fizeram o ressarcimento via redução de tarifa não terão de pagar de novo. (ADI 7324)

Fernanda Vialle
arquitetura | interiores
17 99612-2135 17 98126-8899
fernanda.vialle@hotmail.com

CARDAN JALES
Recuperação de Cardans
Direção Hidráulica
Macacos Hidráulicos
Barra do Direção e
Toda Linda Hidráulica e Pneumática
telefone (17) 3621.4205
Marginal Isaura Bortho Venturini, 869
Jd. Ipiranga em Jales (SP)

Reflexão de Boa Vontade



Ao falar em Vida Extrafísica, refiro-me à existência vigente após o fenômeno chamado morte. O Mundo Espiritual, gosto de reiterar, não é algo abstrato, indefinido. Ele realmente existe, pleno de vibração e trabalho. Não o vemos ainda, por uma questão de frequência, obstáculo a ser desvendado pela atividade científica e su-

José de Paiva Netto, jornalista, radialista e escritor. paivanetto@lbv.org.br www.boavontade.com

O Mundo Espiritual não é uma abstração

plantado pela evolução dos sentidos físicos, que se abrirão para novos céus enovos mundos. Disse Jesus, o Cristo Ecumênico, o Divino Estadista: "(...) Meu Pai não cessa de trabalhar, e Eu com Ele. (...) Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim. Na Casa de meu Pai há muitas moradas. Se assim não fosse, Eu o teria dito a vós. Vou preparar-vos lugar. E, quando Eu for e vos preparar lugar, virei outra vez e vos levarei para mim mesmo, para que onde Eu estiver estejais comigo" (Evangelho, segun-

do João, 5:17 e 14:1 a 3).

Estabelece-se, de forma clara, na palavra do Divino Pedagogo, a existência e a atuação ativa, militante, do Mundo Espiritual sobre o material, por meio, por exemplo, dos Anjos Guardiães. Desse modo, é necessário que todos estejamos conscientes desse intercâmbio e saibamos lidar com essa realidade ainda invisível.

Rui Barbosa (1849-1923), notável jurista brasileiro, jornalista, escritor, embaixador, diplomata (denominado "Águia de Haia"), parlamentar, ministro da Fa-

zenda, estadista, captou este sublime propósito: "A morte não extingue, transforma; não aniquila, renova; não divorcia, aproxima".

"Profeta Muhammad (560-632) – "Que a Paz e as Bênçãos de Deus estejam sobre ele!" – registra no Alcorão Sagrado: "Cada [um] tem protetores. Escoltam-no em turnos sucessivos, por ordem de Deus".

A ocasião faz-me recordar o pronunciamento do papa João Paulo II (1920-2005), em 2 de novembro de 1983, ao se dirigir aos fiéis reunidos no Vaticano. Nele, Sua Santidade enfatiza que o

diálogo com os mortos não deve ser interrompido: "Somos convidados a retomar com os mortos, no íntimo do coração, aquele diálogo que a morte não deve interromper. (...) Com base na palavra reveladora de Cristo, o Redentor, estamos certos da imortalidade da alma. Na realidade, a vida não se encerra no horizonte deste mundo (...)" (Os destaques são meus.)

Daí a precisão de refletirmos sobre esse ponto. É compreensível que sintamos saudade dos que partiram, mas não nos devemos exce-

der em lágrimas, porque a nossa aceitação dor pode perturbar-lhes, no Plano Espiritual, a adaptação à nova conjuntura.

A professora Jane Bichmacher de Glasman, doutora em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas pela Universidade de São Paulo - USP, explica que, "no pensamento judaico, vida e morte formam um todo, sendo aspectos diferentes da mesma realidade, complementares uma da outra". Vemos, portanto, que, sem o Mundo Espiritual, a jornada humana não teria sentido.

Projeto "Bem-Estar Animal nas Escolas 2025" consta do calendário de ações deste ano

As secretarias municipais de Agronegócios, Meio Ambiente e Bem-Estar Animal e da Saúde, em parceria com outros órgãos públicos do município, divulgou o calendário de ações para 2025 nas escolas municipais voltadas à proteção e ao cuidado dos animais. O programa prevê atividades mensais de conscientização sobre o bem-estar animal e o combate ao abandono.

Neste mês de agosto, dentro da campanha Agosto Verde Claro, as ações nas escolas da rede municipal estão voltadas à prevenção da leishmaniose. Em setembro, na campanha Setembro Vermelho, o foco será a prevenção da raiva.

No Outubro Rosa, em alusão ao Dia dos Animais, à Adoção e à Proteção Animal,

estão programados eventos de adoção e ações de conscientização sobre a castração de fêmeas – medida que também auxilia na prevenção do câncer de mama em pets. Já no Novembro Azul, as atividades terão como tema a saúde dos machos, com destaque para a prevenção do câncer de próstata e outras neoplasias. Encerrando o ano, o Dezembro Verde Escuro será marcado por campanhas contra o abandono animal.

A proposta é oferecer não apenas orientações e serviços, mas também fortalecer o vínculo entre a população e os animais, garantindo qualidade de vida e respeito aos direitos dos pets. De acordo com o secretário municipal Ademir Molina, de Agronegócios,

Meio Ambiente e Bem-Estar Animal, apenas no primeiro semestre de 2025 a pasta recebeu 232 denúncias relacionadas a maus-tratos ou abandono. Desse total, 222 foram solucionadas com ações efetivas, enquanto 10 casos permanecem em acompanhamento devido à complexidade ou necessidade de encaminhamentos adicionais.

"A Secretaria Municipal de Bem-Estar Animal trabalha diariamente para proteger, cuidar e garantir dignidade aos nossos animais. Esse projeto nas escolas vem para somar com nosso trabalho para formar uma geração mais consciente e responsável, capaz de transformar a relação da nossa comunidade com os pets", destacou Ademir Molina.



Veredores concordam com Bruno de Paula, e aprovam pedido de informações sobre Avisos de Cobrança de Tarifa à empresa Jalespark que explora a Área Azul



Vereador Bruno de Paula, requereu informações à empresa JalesPark/ASG Engenharia

Um requerimento do vereador Bruno Henrique de Paula (PL), presidente da Câmara Municipal de Jales, aprovado unanimemente na sessão ordinária de segun-

da-feira (11), solicita à gerência da empresa JalesPark/ASG Engenharia, informações envolvendo Avisos de Cobrança de Tarifa - ACTs expedidos, recebi-

dos e não quitados.

"Surgiu um bombardeio para cima dos Vereadores este mês, e vamos mostrar à população que não somos os culpados pelo que

acontece hoje em relação à Jalespark. O ACT é de R\$21.00. Quantos foram feitos de 2024 até agora e quantos, depois, não foram pagos em 48 horas? Quando não é pago dentro de 48 horas, se transforma em multa de trânsito, no valor de R\$ 195,00, além de acarretar a perda de cinco pontos na carteira [de motorista]. E esse recurso vem para o município - essa multa é municipal. Então vamos ver o tanto que o município está arrecadando com essa empresa", explicou de Paula.

O parlamentar afirmou que o Executivo "também está fazendo a parte dele porque está cumprindo exatamente o contrato, que foi feito lá atrás", mas que o referido contrato "não deixou brecha para que fosse mudado, ou seja, negociado". "Precisaria de um bom senso da empresa, e estamos tentando isso desde 2021.

Pedimos várias vezes para que mudasse esse contrato, porém a empresa disse que o seguiria, e o município não pode fazer nada em relação a isso. Precisa ter diálogo e o bom senso da empresa. Então [o Requerimento] é para deixar bem claro, por meio da resposta que teremos, sobre quanto foi feito desses ACTs de R\$ 21,00, e quanto não foi pago e se transformou em multa, e vamos ver quanto o município tem arrecadado com essa empresa", reforçou o Presidente.

O vereador Rivelino Rodrigues (PP) solicitou a Bruno de Paula que alterasse um questionamento no Requerimento, ampliando o período do pedido de uma informação: o número total de ACTs expedidos e não quitados dentro do prazo de 48 horas, no período de janeiro de 2021 - antes era de 2024 - a julho de 2025.



Vereador Riva Rodrigues

Também sugeriu incluir um questionamento. "Quando você paga por uma coisa, não tem que receber nota fiscal? Cadê a nota fiscal que a Jalespark teria que emitir, no nome de quem quer que seja? Isso é obrigação, então essa empresa está faturando alto em cima dessas atuações e não está recolhendo para o município - o ISS, porque isso é um tipo de serviço. Então, se Vossa Excelência permitir, coloque no Requerimento por que [a empresa] não emite nota fiscal", pediu Rodrigues.

Escritório Nilo
CONTABILIDADE
PONTES & VIALLE SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA
nilojales@terra.com.br

Transferências
Licenciamento de Veículos
Registro de Porte de Armas
Escritas Fiscais e Contábeis

telefone

(17) 3632.1502

Rua 05 nº 2182 - Centro - Jales (SP)

41ª Romaria Diocesana de Jales:

"Unidos em Cristo, com Maria, cuidamos de nossa Casa Comum"



fot:arquivopesoaldivulgao

Pe. Valter Lucato Campano Junior
Pároco da Catedral Nossa Senhora da Assunção –
Diocese de Jales
Ecônomo e Moderador da Cúria Diocesana de Jales

Comum", nos convida a renovar a fé, reforçar a comunhão e assumir um compromisso concreto com o cuidado da criação e da vida em todas as suas dimensões.

A Romaria, que chega à sua 41ª edição, é reconhecida como o ponto máximo de comunhão diocesana. Nesse dia, a grande família da Diocese se reúne na Praça da Catedral Nossa Senhora da Assunção para celebrar a Eucaristia, expressando sua unidade em torno do altar e fortalecendo os laços que unem paróquias, comunidades, pastorais e movimentos. É um momento que simboliza a vida da Igreja peregrina, em que todos caminham juntos, orientados pela fé e pelo desejo

de seguir Jesus Cristo.

O caminho até a Romaria começa dias antes. Já na sexta-feira, cerca de 600romeiros partirão de diferentes cidades da Diocese, caminhando a pé em direção à Catedral. São homens, mulheres, jovens e idosos que, movidos pela fé e pela devoção, se dispõem a enfrentar longas distâncias, cansaço e desafios físicos para chegar à "Casa da Mãe", onde Maria nos acolhe e nos conduz a Cristo. Ao longo do percurso, esses peregrinos levam não apenas suas intenções pessoais, mas também os pedidos e agradecimentos de suas comunidades, tornando a caminhada um verdadeiro ato de intercessão e amor fraterno.

Este ano, a Romaria assume um caráter ainda mais especial, pois celebra duas datas importantes: os 65 anos da Diocese de Jales e os 50 anos da Catedral Nossa Senhora da Assunção. Não por acaso, ambas as comemorações partilham o mesmo lema: "Unidos em Cristo, com Maria, cuidamos de nossa Casa Comum". Esse lema não é apenas uma frase bonita, mas um convite profundo à reflexão e à ação.

A Catedral, que é a "Igreja-mãe" de toda a Diocese, encontra-se em processo de reforma e ampliação, buscando oferecer um espaço mais acolhedor, acessível e adequado para as celebrações e atividades pastorais. Cuidar desta "casa comum" é um gesto de amor e corresponsabilidade de todo o povo de Deus. Ao mesmo tempo, o lema aponta para um sentido mais amplo, inspirado na ecologia integral proposta pelo Papa Francis-

co na Encíclica *Laudato Si'*.

A Romaria, portanto, é mais do que um simples evento religioso. Ela é um grande ato de fé e comunhão, um testemunho público de que, como discípulos missionários de Cristo, caminhamos juntos, guiados por Maria, rumo a um mundo mais unido e pacífico. Ao reunir milhares de fiéis na Praça da Catedral, ela se torna um sinal visível da força da Igreja que, mesmo diante de desafios, se mantém firme na missão de evangelizar e servir.

Todos unidos, vamos caminhar com Maria em direção a Jesus Cristo, fortalecendo assim a fé, a comunhão e a unidade diocesana. Que esta Romaria seja uma renovação para toda a Diocese de Jales e um impulso para que cada fiel se sinta chamado a cuidar, com amor, tanto da nossa Catedral quanto da criação inteira, a verdadeira casa comum que Deus nos confiou.

A Diocese de Jales se prepara para viver um dos momentos mais esperados e significativos de sua vida

eclesial: a Romaria Diocesana. Este ano, com o lema "Unidos em Cristo, com Maria, cuidamos de nossa Casa

Ademir Molina e Silvia Andreu acompanham colheita de tubérculos

O secretário municipal Ademir Balero Molina, de Agronegócios, Meio Ambiente e Bem-Estar Animal e a diretora Silvia Andreu Avellaneda Pigari, do Departamento de Desenvolvimento Rural, acompanharam na terça-feira, 12 de agosto, o início da colheita dos tubérculos produzidos no Programa de Olericultura Orgâ-

nica - Raízes, Bulbos e Tubérculos, realizado pelo SENAR-SP, FAESP e Sindicato Rural de Jales.

A atividade foi desempenhada no Sítio Esperança, de propriedade de Cícero Sebastião de Oliveira, localizada no Córrego do Arara, município de Jales, e marcou o recolhimento das primeiras cenouras e batatas cul-

tivadas de forma totalmente orgânica pelos participantes do curso.

O programa, que acontece entre março e setembro de 2025, tem como objetivo capacitar produtores e trabalhadores rurais para o cultivo sustentável de raízes, bulbos e tubérculos, com técnicas que preservam o meio ambiente e garantem

alimentos mais saudáveis à população. Durante os módulos, os participantes aprenderam sobre preparo de solo, manejo de pragas, irrigação, colheita e cálculo de custos de produção, sempre com foco na agricultura orgânica.

O secretário municipal Ademir Molina, destacou a importância da iniciativa, ao

afirmar que "além de incentivar a produção orgânica, o curso fortalece o conhecimento técnico dos produtores, abre novas oportunidades de renda e contribui para a oferta de alimentos de qualidade no município".

Além da Prefeitura de Jales, o projeto conta com parceria da Escola Técnica

Agrícola -ETEC Jales, Centro Paula Souza e Unijales, e reforça o compromisso do município com a valorização da agricultura local, a sustentabilidade e o bem-estar das famílias do campo. As próximas etapas do programa incluem a colheita de outras culturas e a avaliação final dos resultados obtidos no período.

Município de Jales e Defensoria Pública da União renovam convênio por mais cinco anos



fot:isscom/pmjales/divulgao

Alisson Barbieri, da DPU, prefeito Luis Henrique Moreira e o defensor público Ricardo Amorim

Nesta quarta-feira (13/08), foi celebrado o primeiro aditivo ao Termo de Cooperação Técnica entre o Município de Jales e a Defensoria Pública da União (DPU), garantindo a continuidade do convênio por mais cinco anos. A assinatura do aditivo foi realizada pelo prefeito Luis Henrique Moreira dos Santos e o defensor público federal Ricardo Ki-

fer Amorim, com a presença do coordenador Alisson Barbieri, da DPU.

O convênio mantém em funcionamento o primeiro polo da DPU no Brasil com esse modelo de atendimento, voltado exclusivamente à população carente. A atuação da Defensoria é totalmente gratuita e destinada a quem não possui condições de pagar advogado, oferecendo

assistência e orientação jurídica em todas as matérias de competência federal.

Entre as principais áreas de atuação, destacam-se: Direito Previdenciário: aposentadorias rurais e urbanas, benefícios assistenciais como BPC e LOAS; Direito Penal: defesa em casos de crimes como contrabando, descaminho e moeda falsa e Direitos Humanos e Ques-

tões Sociais: demandas de cunho internacional e outras matérias previstas na legislação federal.

O defensor público federal Ricardo Kifer Amorim, que assinou a renovação por delegação do defensor público-geral federal (DPGF) Leonardo Cardoso de Magalhães, ressaltou que "a renovação do convênio é um reconhecimento do Poder Público Municipal da importância e relevância do trabalho da DPU em prol da população carente de Jales e região, o que muito nos orgulha".

Ao renovar o convênio, o prefeito Luis Henrique reafirmou o compromisso da gestão municipal com o acesso à Justiça e o fortalecimento da rede de proteção social, destacando: "A DPU é um instrumento essencial de cidadania e inclusão para a população mais vulnerável de Jales e região. Essa parceria garante que milhares de pessoas tenham acesso à orientação jurídica de qualidade e a direitos fundamentais que, muitas vezes, seriam inacessíveis sem esse apoio".



LANTERNÃO

PEÇAS E ACESSÓRIOS

Fone/Fax 17 3632.6797

17 99711.7767

Rua Dezessete, 2649 - Centro - CEP 15700-000 - Jales.SP



Os principais Transtornos do Desenvolvimento Infantil

CréditoFoto/Samara Garcia



Luciana Brites é CEO do Instituto NeuroSaber, psicopedagoga, psicomotricista, mestre e doutoranda em distúrbios do desenvolvimento pelo Mackenzie, palestrante e autora de livros sobre educação e transtornos de aprendizagem. Instituto NeuroSaber <https://institutoeurosaber.com.br>

Para entender quais são, primeiro precisamos entender a definição de transtornos de neurodesenvolvimento. São condições que afetam o desenvolvimento infantil, impactando áreas como cognição, comunicação e comportamento. Os principais incluem Transtorno do Espectro Autista (TEA), do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), de Aprendizagem e Motores, além de Deficiência Intelectual.

O TEA é caracterizado por desafios na interação social e comunicação, além de comportamentos repetitivos e interesses restritos. Os sintomas mais comuns são di-

ficuldade em manter contato visual ou interagir socialmente, comportamentos como balançar o corpo ou repetição de palavras e frases.

Já o TDAH afeta o controle de funções executivas, como atenção, regulação emocional e impulsividade. Os sintomas envolvem barreiras na manutenção da atenção por longos períodos, como interromper conversas ou agir sem pensar.

A Deficiência Intelectual é caracterizada por prejuízos no desenvolvimento global, incluindo raciocínio lógico, resolução de problemas e habilidades adaptativas. O impacto inclui limitações em

realizar tarefas que exigem planejamento e pensamento crítico.

Já os Transtornos de Aprendizagem afetam habilidades específicas como leitura, escrita e cálculo. Alguns exemplos incluem dislexia, a dificuldade em decodificar palavras escritas, e discalculia, que envolve obstáculos na compreensão de conceitos matemáticos.

Os Transtornos do Desenvolvimento da Coordenação

têm como características comprometimentos em habilidades motoras, como segurar objetos ou escrever.

Os sintomas incluem lentidão na execução de tarefas motoras e desafios em atividades consideradas simples como, por exemplo, vestir-se ou amarrar os tênis.

Os Transtornos do Movimento Estereotipado incluem comportamentos repetitivos como bater a cabeça

ou agitar as mãos. Esses movimentos podem interferir no funcionamento diário e social. Já nos Tiques Motores e Vocais percebemos movimentos ou sons recorrentes e involuntários, como piscar os olhos ou emitir sons repetitivos.

Os transtornos de neurodesenvolvimento possuem uma origem complexa, envolvendo fatores genéticos e ambientais que podem interferir no desenvolvimento cerebral. O tratamento, embora não tenha cura, conta com intervenções precoces que ajudam a minimizar os impactos e melhorar a qualidade de vida da criança.



“Quem tem Chagas, tem pressa”: projeto busca tratar pacientes mais perto de casa

Foto: Olival Santos / Secretaria de Saúde de Alagoas



Iniciativa aproxima diagnóstico e tratamento para pacientes contaminados com a doença de Chagas, com testes rápidos e atenção primária

**por Déborah Souza
Brasil 61**

Menos de 10% das pessoas com doença de Chagas nas Américas são diagnosticadas e menos de 1% das que têm a doença recebem tratamento antiparasitário, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

O projeto-piloto “Quem tem Chagas, tem pressa”, iniciado no Sertão do Pajeú, em Pernambuco, é uma resposta para esse dado alarmante. A ação tem o objetivo de aproximar o diagnóstico e tratar as pessoas sem que elas precisem percorrer longas distâncias para acessar cuidados especializados.

Na primeira fase, profissionais de saúde, estudan-

tes e moradores de Triunfo e Serra Talhada passaram por capacitações sobre a doença. Na sequência, cerca de mil pessoas foram submetidas a testes rápidos produzidos pela Fiocruz, com taxa de positividade de 9% – acima da média nacional, de 2% a 5%.

Esses testes fornecem resultados em minutos, enquanto exames tradicionais exigem sorologia, que pode levar até 45 dias e exigir ida a centros de referência distantes, como a Casa de Chagas, em Recife. Ainda assim, as pessoas com testes positivos seguem para confir-

mação com teste sorológico, para garantir um diagnóstico seguro.

A fase de tratamento para pacientes infectados está prevista para começar em setembro. O projeto prevê a descentralização do atendimento, permitindo que o tratamento com medicamentos, com duração de 60 dias, seja realizado perto de casa, na atenção primária.

A doença de chagas é causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, transmitido pela picada do barbeiro, ingestão de alimentos contaminados, contaminação sanguínea ou de mãe para filho.

Uso excessivo de corticoides pode antecipar a catarata, alerta especialista

Além do envelhecimento natural, o uso prolongado de medicamentos como corticoides e antidepressivos está entre os fatores que aceleram o surgimento da doença ocular, inclusive em pessoas jovens

Você sabia que a catarata não é um problema exclusivo da terceira idade? Apesar de ser mais comum com o passar dos anos, a doença também pode surgir mais cedo do que se imagina – e o uso prolongado de certos medicamentos, como os corticoides, pode ser um dos motivos. O oftalmologista Dr. Ivan Corso Teixeira, especialista em cirurgia de catarata do H.Olhos, Hospital de Olhos da Rede Vision One, explica que a forma mais frequente da doença é a catarata senil, provocada pelo envelhecimento natural do cristalino, uma lente transparente que temos dentro dos olhos. “Com o passar dos anos, o cristalino vai ficando mais denso e opaco, o que leva à perda progressiva da transparência e da visão”, afirma o médico.

No entanto, ele alerta que a catarata não é exclusividade dos idosos. “O uso prolongado de corticoide pode causar catarata, inclusive em jovens e até mesmo em crianças. Pacientes que utilizam doses elevadas e contínuas, como transplantados ou pessoas com alergias graves, estão mais suscetíveis ao problema”, diz o médico do H.Olhos. Segundo o especialista, o corticoide é a principal causa da chamada catarata medicamentosa, um tipo da doença causada diretamente por remédios.

Outras substâncias também estão associadas ao desenvolvimento da catarata, embora com menor frequência. “Além dos corticoi-



Foto: freepik/di.ulgiação

des, algumas classes de antidepressivos – como os tricíclicos – e antipsicóticos do grupo dos fenotiazínicos têm alguma relação com o surgimento da catarata. Também podemos citar a amiodarona, que é um antiarrítmico, e os fibratos, medicamentos usados para baixar o nível de triglicérides”, detalha o Dr. Ivan.

Mesmo diante desses riscos, o médico destaca que nem todos que usam esses medicamentos necessariamente desenvolverão catarata. “O risco existe, mas não é uma sentença. O acompanhamento médico e o uso responsável são fundamentais”, orienta o especialista do H.Olhos.

Para quem deseja adiar ao máximo o surgimento da catarata, a dica é investir em um estilo de vida saudável. “Não existe um tratamento preventivo específico. A melhor forma de adiar o aparecimento da catarata é manter uma alimentação equilibrada, proteger os olhos da exposição solar e evitar o

tabagismo, que tem efeito oxidativo e está relacionado ao aumento da incidência da doença”, alerta Corso.

O médico ainda chama atenção contra falsas promessas: “Não há comprovação científica de medicamentos ou suplementos que inibam o crescimento da catarata, apesar da grande oferta desses produtos na internet”, comenta o Dr. Ivan.

A cirurgia é o único tratamento eficaz e é indicada sempre que os sintomas passam a interferir na qualidade de vida. “A partir do momento em que o paciente nota uma perda de nitidez ou baixa de visão que impacta suas atividades diárias, a cirurgia já está recomendada. Hoje, com os avanços da técnica, realizamos o procedimento de forma muito mais precoce do que há algumas décadas”, afirma o oftalmologista.

O Dr. Ivan também lembra que, atualmente, a cirurgia é indicada até mesmo em pacientes que ainda não desenvolveram a catarata, mas

que possuem um grau alto e desejam se livrar dos óculos. “Hoje já é permitido, no Brasil, operar pacientes acima dos 55 anos com o objetivo de implantar uma lente intraocular para corrigir o grau, mesmo que eles ainda não tenham catarata formada”, discorre o especialista em cirurgia de catarata.

Além de manter hábitos saudáveis e ficar atento ao uso prolongado de medicamentos, é fundamental fazer consultas regulares com o oftalmologista – mesmo que não haja sintomas aparentes. “A catarata se desenvolve de forma lenta e muitas vezes silenciosa. Por isso, o ideal é passar por uma avaliação oftalmológica ao menos uma vez por ano, especialmente a partir dos 40 anos, ou antes disso, caso haja histórico familiar ou uso contínuo de remédios como os corticoides”, finaliza o Dr. Ivan Corso, especialista em cirurgia de catarata do H.Olhos, Hospital de Olhos da Rede Vision One

Obesidade pode contribuir para a queda nos níveis de testosterona em homens, diz especialista

O médico Marcelo Bechara, com formação em Reposição Hormonal Masculina pela Harvard Medical School, destaca as consequências da desregulação deste hormônio e a relação com o sobrepeso

A testosterona é um hormônio produzido em homens e mulheres, mas apresenta maior incidência no sexo masculino. Esse regulador é responsável pelo desenvolvimento de características como: pelos, voz grossa e massa muscular, além de estar relacionado a libido e o desejo sexual.

Entretanto, o descontrole dos níveis de testosterona em homens pode estar associado a fatores como o sedentarismo e o sobrepeso. Dados recentes da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica indicam que a obesidade já atinge 1 em cada 5 brasileiros. Esse cenário chama a atenção dos especialistas, considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, ainda neste ano, 2,3 bilhões de adultos em todo o mundo estarão acima do peso.

O médico clínico geral Dr. Marcelo Bechara, especialista em Hormonologia com foco em obesidade e Reposição Hormonal Masculina pela Harvard Medical School, avalia o crescimento do sobrepeso no Brasil e explica a relação entre o acúmulo

de gordura corporal e os descontrole dos níveis de testosterona em homens.

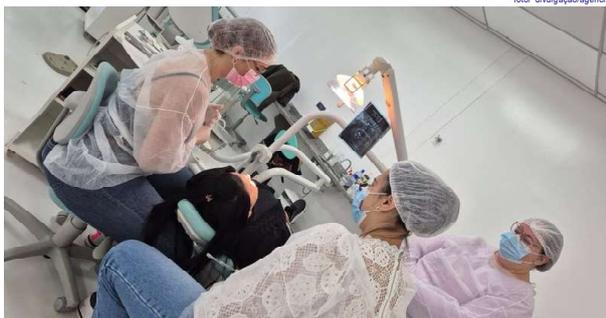
“A obesidade é uma doença preocupante, pois afeta o organismo como um todo, inflamando células e provocando alterações no metabolismo, causando diversos problemas, entre eles, a diminuição da testosterona. Em média, um homem saudável apresenta níveis hormonais que variam entre 300 a 1000 nanogramas por decilitro de sangue, para um jovem com idade entre 20 e 30 anos. Já um homem obeso, pode ter até 40% a menos de testosterona considerando a mesma idade”, explica Bechara.

Impactos sexual e mental

A testosterona é produzida, em grande parte, nos testículos e, por isso, está associada a características sexuais masculinas. A diminuição ou o descontrole dos níveis hormonais impacta diretamente a libido.

“Um homem que está com a produção de testosterona abaixo dos valores indicados apresenta sintomas como cansaço, desânimo, ausência de vitalidade e, principalmente, a perda da libido que, a longo prazo, pode desencadear outros problemas. Diminuição da autoestima, estresse, ansiedade e até a dificuldade nos relacionamentos afetivos, são algumas das consequências que afetam a qualidade de vida”, conclui o especialista.

Universidade Brasil inicia parceria com o SUS para atendimento na Policlínica de Fernandópolis



Instituição ampliou o acesso da população a serviços de saúde, integrando ensino, pesquisa e assistência médica por meio do programa Agora tem Especialistas

A Universidade Brasil (UB), instituição comprometida com a excelência acadêmica há mais de cinco décadas, iniciou sua parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento na Policlínica do campus de Fernandópolis. Desde 1º de agosto, a UB passou a trabalhar de maneira integrada com o sistema da rede pública.

A parceria da UB com o SUS foi firmada por meio da apresentação de uma Oferta de Cuidado Integrado (OCI), da instituição para o Programa "Agora tem Especialistas", do Governo Federal. Com o credenciamento, a UB se tornou parceira do programa e os municípios passaram a encaminhar os pacientes para

atendimento na Policlínica da universidade, de acordo com a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS).

A estrutura construída pela UB tem capacidade para realizar cerca de até 40 mil atendimentos médicos por ano, considerando a integração de serviços e a cobertura de especialidades como cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, oncologia e ortopedia.

Desde a inauguração da Policlínica, em setembro de 2024, estão disponíveis à população serviços odontológicos e de psicologia e, até o fim do ano, a instituição deve contar com novos tipos de atendimentos. Ainda em 2025, a Policlínica

deverá iniciar a realização de cirurgias de baixa complexidade.

A Universidade Brasil é a primeira instituição de ensino da região a conquistar uma parceria estadual com o SUS para atendimento de especialidades médicas, podendo beneficiar moradores de todas as cidades do estado de São Paulo, sobretudo de Fernandópolis e regiões mais próximas.

Um dos principais benefícios garantidos à população com a nova parceria é a redução do tempo de espera, que em alguns casos, leva até um ano para a realização de consultas e exames com especialistas, uma vez que muitos procedimentos poderão ser realizados na

própria Policlínica. Entre outras vantagens estão a redução de sofrimento e do risco de agravamento de alguns casos, além do aumento de chances para a realização de tratamentos e a recuperação de pacientes.

Outro destaque é a integração entre ensino, pesquisa e assistência, proporcionando aos alunos da UB uma vivência prática em ambiente clínico de alto padrão sob supervisão de profissionais experientes. "Por meio da parceria com a rede pública de saúde, a Policlínica da UB se torna um polo de desenvolvimento de novas tecnologias, patentes e tratamentos inovadores, trazendo benefícios para a população e diferenciais importantes para nossos alunos", esclarece Bárbara Costa, reitora da Universidade Brasil.

O projeto ainda fortalece a rede de atendimento do SUS e otimiza recursos, contribuindo diretamente para a redução de custos com transferências de pacientes para centros urbanos mais distantes e aumentando a eficiência no diagnóstico e tratamento de doenças.

Bárbara acredita que esse seja um passo muito importante para a instituição reforçar seu compromisso com iniciativas de impacto positivo. "A responsabilidade social é um dos nossos pilares e a construção da

Policlínica Universitária da UB fortalece ainda mais nosso empenho e dedicação em gerar benefícios e melhorias para a sociedade", afirma a reitora.

UB dobra corpo clínico da instituição

Cerca de 60 novos médicos foram contratados pela UB, dobrando o corpo clínico atual da instituição. O atendimento na Policlínica é realizado por médicos em residência e profissionais especializados, dentro de um ambiente acadêmico que exige preparo contínuo e atualização acerca de procedimentos e tecnologias disponíveis na área de atuação de cada um.

A chegada de novos profissionais e a ampliação da oferta de especialidades médicas pela UB pode garantir a permanência desses profissionais em Fernandópolis e região, contribuindo para o fortalecimento da rede de saúde local e garantindo o acesso a atendimentos especializados e de qualidade nos âmbitos público e privado.

Investimento na Policlínica do campus da UB em Fernandópolis

O investimento total da UB para a construção da Policlínica é de cerca de R\$ 21 milhões, sendo R\$ 8,3 milhões já investidos em infraestrutura e mais R\$ 13 milhões que devem ser investidos para a aquisição de

equipamentos médicos e de diagnóstico.

Para ampliar o acesso ao atendimento em saúde por meio da telemedicina, alunos da Universidade Brasil acompanharão pacientes que não possam comparecer presencialmente às consultas. Nessas situações, o estudante auxiliará no diagnóstico e acompanhará a interação entre o paciente e o médico especialista, que estará conectado por videochamada.

A parceria também abre oportunidades para outros investimentos e melhorias, como explica Bárbara. "Podemos desenvolver um trabalho em conjunto com o Núcleo Especial Criminal (Necrim) e o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), com a possibilidade de ter um espaço dedicado ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade", complementa.

Programa Agora tem Especialistas

O Programa Agora tem Especialistas é uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Governo Federal que tem como principal objetivo reduzir o tempo de espera por atendimentos no SUS. A ação faz parte das políticas da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) que busca promover um atendimento mais ágil e eficiente para a população.

Brasil precisa de estrutura independente para enfrentar futuras epidemias e pandemias, defende grupo de trabalho do MS

por Fabio Mazzitelli
Jornal da Unesp

Um grupo de trabalho do Ministério da Saúde destina-se a elaborar propostas para o enfrentamento de emergências em saúde pública recomendou ao ministro Alexandre Padilha a criação de uma nova estrutura com foco no enfrentamento de futuras epidemias ou pandemias, como a da covid-19. Quem relatou a formulação da proposta foi a médica Margareth Pretti Dalcolmo, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, que é integrante desse grupo, durante o Encontro dos Bolsistas do Programa "Unesp: Por Uma Geração Sem Nicotina", do qual participou como conferencista convidada, no último dia 12.

Dalcolmo diz que a proposta não defende a criação de uma nova agência para concorrer com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também não seria uma versão brasileira do célebre Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), agência dos Estados Unidos que é referência mundial na área. A ideia é que o país passe a dispor de uma estrutura independente do Ministério da Saúde que possa fundamentar uma política de Estado e evitar que os gestores e profissionais de saúde sejam surpreendidos quando da eclosão de ciclos pandêmicos.

A criação desse grupo de trabalho foi uma das primeiras medidas adotadas por Alexandre Padilha quando de sua posse à frente do Ministério. O objetivo do grupo, que tem caráter consultivo, é formular "propostas que subsidiem ampliar a

capacidade do Estado brasileiro e fortalecer o Sistema Único de Saúde para enfrentar epidemias, pandemias e emergências em saúde pública no Brasil", segundo texto da portaria. Também integram o GT nomes como os ex-ministros José Gomes Temporão e Agenor Álvares, o ex-secretário municipal de saúde de São Paulo Gonzalo Vecina, e a ex-reitora da Unifesp Soraya Smaili, entre outros.

"Estive recentemente com o ministro Padilha. Trabalhamos duramente, durante três meses, e fomos entregando o trabalho pronto faz três semanas. É uma nova institucionalidade. Não é um CDC, não é esta nossa pretensão. É política pública, não de governo", disse Dalcolmo, durante o evento.

Segundo a pesquisadora, o caminho para criar esta estrutura governamental passaria por um projeto de lei a ser apreciado pelo Congresso, mas não está descartada a possibilidade de implementação via medida provisória. O impacto desta nova "institucionalidade" no Orçamento giraria em torno de R\$ 200 milhões anuais, de acordo com os cálculos feitos pelo grupo de trabalho. Para o ano de 2025, o orçamento do Ministério da Saúde é de aproximadamente R\$ 233 bilhões.

"Um custo de R\$ 200 milhões não é alto. É perfeitamente palatável para a criação do Estado brasileiro de algo que não fique à mercê de mudanças governamentais. Um órgão de Estado, uma institucionalidade formal", diz Margareth Dalcolmo.

Base científica

A iniciativa do Ministério da Saúde para constituir um grupo de trabalho vai ao

encontro de diversos estudos científicos que abordam os desafios para erradicar futuras doenças pandêmicas, indicando o investimento no fortalecimento de sistemas de saúde pública e a promoção de cooperação internacional como fatores fundamentais nestes cenários.

Em 2022, por exemplo, o artigo "Socioecological vulnerability and the risk of zoonotic disease emergence in Brazil", publicado na revista Science Advances e assinado por pesquisadores da Fiocruz, analisou o modo como fatores sociais e ecológicos interagem para aumentar o risco de doenças zoonóticas (transmitidas de animais para humanos) no Brasil. Esse estudo alertou para a possibilidade de que o Brasil, por sua diversidade biológica e alta vulnerabilidade social, torne-se incubador de futuras pandemias, especialmente se as políticas ambientais continuarem sendo flexibilizadas, risco que é detectado a partir de uma análise na perspectiva do conceito de saúde única.

"Não é mais uma questão de 'sim' ou 'não' [haverá outra pandemia]: é uma questão de 'quando'. Estamos à beira de uma próxima pandemia", disse Dalcolmo ao Jornal da Unesp. "Qual será o patógeno? A meu juízo, provavelmente, um vírus Influenza. O H5N1 está aí. Só não houve transmissão de pessoa para pessoa ainda", disse. "O Brasil não pode mais ser apanhado do desprevenido, como foi na covid-19. Não pode ficar à mercê de manipulações políticas em que cada um faz o que quer."

Margareth Dalcolmo foi uma das principais vozes



brasileiras durante o combate à pandemia de covid-19, e estará presente, como membro da Academia Nacional de Medicina, na próxima Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, a COP30, que será realizada em Belém, em novembro. Será a primeira vez que a conferência, que está na 30ª edição, terá um dia dedicado integralmente à saúde, diz ela.

"Veja, o homem está fazendo muito mal ao planeta, e muito rapidamente. O ciclo (para a eclosão de novas epidemias) é diretamente proporcional ao dano que o homem está fazendo no planeta. Se você raciocinar bem, se a nossa Amazônia continuar a sofrer desmatamento do jeito que está ocorrendo... A Amazônia, não a China, é um dos maiores celeiros do mundo de coronavírus. Então, se continuarmos a devastar o planeta como estamos fazendo, teoricamente teremos condições para uma epidemia eclodindo no Brasil."

Pioneira

Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Margareth Dalcolmo é uma das pioneiras no combate ao tabagismo no Brasil. No final do governo militar, com o então ministro da saúde Waldyr Arcoverde, secretário, como residente de medicina, reuniões da comissão que desembocaria no primeiro programa de combate ao tabagismo do país, criado anos depois no âmbito do Inca (Instituto Nacional de Câncer).

A constituição do programa foi chave para uma série de ações posteriores que, em conjunto, reduziram o percentual de fumantes na população brasileira de 40% para menos de 10%, tornando o país exemplo de políticas públicas na área. "O Brasil, sendo signatário da Convenção Quadro e de outras políticas internacionais da luta contra o tabagismo, deu um exemplo absolutamente seminal em relação a isso porque há décadas criou uma institucionalidade neste sentido e que, a partir

dai, começou pouco a pouco a ir implementando as ações que geraram essa redução na proporção de fumantes", diz.

No encontro com os bolsistas do programa "Unesp: Por Uma Geração Sem Nicotina", realizado no auditório do Conselho Universitário, em São Paulo, a cientista concentrou a sua fala em uma palestra sobre "Políticas antitabagismo em tempos de vapes", detalhando o pioneirismo brasileiro na regulamentação que proíbe os cigarros eletrônicos no país. A Anvisa proibiu os Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFS) em 2009, decisão que, após forte lobby contrário da indústria do tabaco, foi ratificada no ano passado pela agência.

"Temos que orientar os nossos jovens onde já conseguimos que ninguém fumasse. Conscientizar, informar... Nossa garotada não fuma cigarro e agora você vai viciá-la em uma coisa que é pior do que cigarro? Não podemos botar em risco esta geração", diz Dalcolmo.

Jornada 6x1: PEC que reduz jornada de trabalho para 4 dias divide opiniões entre empresários e especialistas



por
Livia
Braz
Brasil 61

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que pretende alterar a jornada semanal de trabalho, reduzindo de seis para quatro dias úteis, reacendeu o debate sobre produtividade, bem-estar e impactos econômicos no Brasil. A medida, defendida pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) por meio do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), busca ampliar o tempo livre e de descanso, mas provoca divergências sobre a viabilidade no atual cenário do mercado de trabalho.

Para a empresária Geovana Cavalcante Bandeira, que comanda a Geo Sousa Moda em Maceió (AL), o projeto deve ser analisado com cautela. "Embora a ideia tenha como foco o bem-estar do trabalhador, precisamos analisar com profundidade os impactos econômicos e operacionais que isso pode gerar, principalmente em setores como o da moda, que envolvem uma cadeia longa de produção e muitas vezes prazos apertados", alerta.

O economista e pesquisador da Unicamp, Síllas Souza, avalia que o trabalho, independentemente da profis-

são, representa algum tipo de sacrifício. "Mesmo que gostemos de nossas profissões e que nos sintamos felizes em nossos trabalhos, o ócio, sobretudo remunerado, é preferível. Portanto, sem exceção, o trabalho representará algum tipo de sacrifício, tanto a brasileiros quanto a quaisquer outras nacionalidades."

Produtividade e impactos setoriais

Geovana destaca que, no segmento da moda, uma mudança brusca na jornada pode trazer custos adicionais e reduzir a competitividade. "Na minha marca, que trabalha com produção própria, coleções exclusivas e foco na sustentabilidade, uma redução da jornada de trabalho poderia afetar diretamente os prazos de produção, encarecer os custos e exigir reestruturações nos processos internos", ressalta.

Já Síllas chama atenção para o fato de que a produtividade média brasileira é baixa e que experiências positivas em outros países dificilmente teriam o mesmo efeito por aqui. "Nosso mercado de trabalho é marcado por uma informalidade que chega a quase 40%, ou seja, para essas pessoas a mudança não significará nenhuma vantagem. E, a depender de como os custos trabalhistas adicionais serão



Foto:FreePress/divulgação

Proposta busca ampliar tempo de descanso, mas gera preocupações sobre custos, produtividade e informalidade no mercado brasileiro

repassados, é bastante razoável supor que essa informalidade cresça."

A empresária também teme que a medida, sem contrapartidas, acentue problemas já existentes. "No setor de moda, que já lida com muitos desafios, como alta carga tributária, concorrência internacional e informalidade, a mudança brusca na jornada de trabalho, sem contrapartidas como incentivos fiscais ou linhas de crédito para readequação de empresas, pode pressionar ainda mais os pequenos e médios negócios e até

levar à informalização ou demissões em algumas comissões", afirma.

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) reforça essa preocupação. Para a entidade, mudanças estruturais como a proposta exigem amplo diálogo com o setor produtivo para evitar impactos negativos na geração de empregos. A CACB defende que eventuais alterações na jornada venham acompanhadas de medidas de compensação e políticas que aumentem a competitividade, garantindo

equilíbrio entre a valorização do trabalhador e a sustentabilidade financeira das empresas.

Para o economista, setores como comércio e serviços seriam os mais afetados negativamente, já que dependem diretamente da presença dos trabalhadores para manter as vendas. "Nada sugere que as pessoas irão mudar a forma de fazer compras por conta da menor jornada dos funcionários. Isso obrigará o lojista a compensar a ausência de um vendedor com outro — e os custos, de uma for-

ma ou outra, serão repassados aos preços, deixando todos, inclusive os funcionários, com menor carga de trabalho, mais pobres."

Na visão de Geovana, o Brasil precisa investir mais em educação técnica, inovação e políticas para modernizar a indústria, em vez de focar apenas na carga horária. "Ficar discutindo apenas carga horária é limitar um debate que deveria ser mais estratégico. A produtividade não aumenta reduzindo horas sem investir em qualificação, processos eficientes e uso de tecnologia."

Síllas acrescenta que ajustes mais simples, como a contratação por hora, poderiam trazer ganhos mais concretos. "Creio que se implementássemos no Brasil a contratação por hora de trabalho, ao invés de 'por pacote mensal' como é hoje, haveriam ganhos tanto para trabalhadores quanto para empresários. O mundo trabalha dessa forma e não me parece que estejam insatisfeitos."

Enquanto o Geovana discute a PEC, empresários, especialistas e entidades como a CACB concordam em um ponto: a mudança na jornada de trabalho precisa considerar não apenas o tempo, mas as condições estruturais que garantam produtividade, competitividade e equilíbrio econômico.

Comércio e serviços discutem projeto que muda cálculo e aplicação de multas



Reportagem:
Bianca Mingote
Brasil 61

Parlamentares e representantes de entidades ligadas ao comércio e aos serviços se reuniram nesta quarta-feira (13), em Brasília, para discutir o Projeto de Lei 2766/2021, que trata da dosimetria das multas aplicadas a fornecedores de produtos e

serviços. O encontro foi promovido pelas frentes parlamentares do Comércio e Serviços e do Empreendedorismo e contou com a participação de lideranças do setor produtivo.

Relator da proposta, o deputado Luiz Gastão (PSD-CE) apresentou uma versão inicial do relatório final, com o objetivo de colher contribuições e chegar ao texto mais adequado para votação

em plenário. Ele destacou a importância de "garantir segurança jurídica e assegurar que as multas incidam sobre os produtos e não sobre o lucro das empresas". Segundo o parlamentar, a expectativa é concluir o relatório até o fim da próxima semana e aprovar o projeto ainda em agosto.

Para Anderson Trautman, vice-presidente jurídico da Confederação das Associa-

ções Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), o encontro foi positivo. "O debate de hoje trouxe avanços importantes para o projeto de lei e reforçou o comprometimento do legislativo brasileiro com as alterações propostas na reunião", afirmou.

O que diz o PL

O PL 2766/2021 propõe mudanças no Código de Defesa do Consumidor, incluindo

do a proibição de sanções duplicadas para a mesma infração (princípio do non bis in idem) e a definição de que, em casos de múltiplas autuações, caberá à Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) ou aos Procons estaduais resolver conflitos de competência.

A proposta também altera a base de cálculo das multas — de Ufir para salário-mínimo — e estabelece

que a condição econômica da unidade de negócio fiscalizada seja considerada na graduação da penalidade.

Com o texto pronto para votação, os representantes do comércio e serviços esperam que a nova lei traga mais equilíbrio e previsibilidade às relações entre fornecedores e órgãos fiscalizadores, incentivando a abertura de novos negócios e a geração de empregos no país.

Carvalho.it

TECHNOLOGY

Ainda não escolheu o software ideal ou precisa de uma solução personalizada para sua empresa ?

gestor.inOne
agro.inOne
condo.inOne
track.inOne

Converse com um especialista e saiba como nossas soluções poderão lhe ajudar.

contato@carvalhoit.com.br
www.carvalhoit.com.br

Nós vivemos, mutuamente, uns para os outros



José Reis Chaves

É muito conhecida a frase de Aristóteles: "O homem é um animal social". E com o título desta coluna de hoje, queremos demonstrar que ela ex-

pressa uma grande verdade.

Porém, é verdade que outros animais são também sociais, embora o animal homem se destaque como sendo o mais social. E diríamos que o homem assim é tido por perceber por sua própria inteligência que nos demonstra ser necessário que assim nos consideremos. E, por ser oportuno, lembro aqui agora parte duma coluna que fiz em O TEMPO, no início do Coronavírus, cujo título foi "Nós não podemos viver sem o nosso semelhante".

E creio que ela seja inte-

ressante, principalmente, para os novos leitores de O TEMPO. Ei-la "De fato, são muitos os exemplos de que, realmente, para vivermos, nós precisamos uns dos outros. Quem é empregado, precisa do patrão, e este precisa também do empregado. O Dr. Vittorio Medioli, fundador e proprietário deste jornal O TEMPO, precisa dos seus funcionários, que precisam dele também. E vocês, queridos leitores de O TEMPO, de algum modo precisamos dos seus colonistas, articulistas e repórteres, e nós precisamos de vocês

que as leem, senão elas não teriam sentido. A COPASA, que cuida da água e do esgoto de Belo Horizonte, precisa dos dejetos dos belohorizontinos, sem os quais, ela não poderia ser a grande empresa que é e que dá emprego para milhares de empregados que, para viverem, precisam dela."

Todo ser humano, sem exceção, deve ser considerado como irmão por todos os outros, pois, somos da mesma espécie e filhos do mesmo Deus Pai Criador comum de todos nós muito amados por Ele com seu amor infinitamente

to e pelo que devemos amar a Ele, também, sobre todas as coisas existentes. Ele que é a causa Primeira de todas elas, exceto do mal.

Como estamos vendo, nós vivemos mesmo, mutuamente, precisando muito da convivência social com todos nós servindo, reciprocamente, uns aos outros, o que se tornou a profissão ou o emprego de cada um de nós, por mais simples que sejam os nossos afazeres.

E, muitas vezes, nossa filosofia de vida coincide com o que queremos passar para os outros. Isso vai ao encontro

de nossa verdadeira característica de sermos animais verdadeiramente sociais. Um exemplo disso é o que acontece, atualmente, no Brasil e que divide as pessoas em dois grupos, o da direita e o da esquerda, os quais divergentes em suas ideologias, passam-nas, mutuamente, uns para os outros adversários. Porém aqui, como que vivendo fazendo o mal e não o bem para os outros, excetos os exageros, trata-se de coisas de menor gravidade e próprias de países, verdadeiramente, democráticos!

Team Resende brilha na 2ª Etapa do Campeonato Estadual de Karatê, em Sidrolândia (MS), e conquista cinco medalhas de ouro e prata



Sensei Edson Resende (de paletó) da Team Resende, com karatecas medalhistas, e com a equipe de arbitragem que atuou na competição

No sábado, 9 de agosto, a cidade Sidrolândia (MS) foi sede da 2ª Etapa do Campeonato Estadual de Karatê de Mato Grosso do Sul, com a participação de aproximadamente 600 karatecas representando Academias de 30 municípios do Estado. A competição começou as

8h30min, no Ginásio Olegário Machado da Costa. reunindo karatecas de alto nível e contou com a presença da Team Resende que competiu com apenas quatro lutadores e mostrou sua força e qualidade técnica ao conquistar três Medalhas de Ouro e duas de Prata, sen-

do destaques na competição: Giovani Sartori Serra (Kumite +84 kg), Matheus Fernandes Ribeiro Júnior (Kumite +76 kg) e Eduardo Barbosa (Kumite Júnior -70 kg) que conquistaram Medalha de Ouro e conquistaram Medalha de Prata: Eduardo Barbosa (Kumite Júnior -70

kg) no Kata Júnior e Gabriel Mussato Ikeda (Kumite Sub/14 -45 kg).

Além das conquistas dentro do tatami, a Team Resende também teve representatividade na arbitragem, com a presença de sete árbitros credenciados pela Japan Karate Shotokan (JKS), entidade

que no Mato Grosso do Sul tem como responsável técnico o Sensei Edson Resende.

“A participação expressiva da equipe Team Resende”, segundo o diretor técnico Edson Resende, demonstra não apenas a qualidade técnica dos karatecas, “mas também o comprom-

timento com a formação e o desenvolvimento do karatê no estado, valorizando a prática esportiva e a filosofia da arte marcial.

A 2ª Etapa do Campeonato de Karatê foi organizada e supervisionada pela Federação de Karatê do Estado de Mato Grosso do Sul.

Judô jalesense foi brilhante duas vezes em uma semana: em São José do Rio Preto e Andradina



Judocas que participaram do 1º Campeonato de Judô "Tomodachi", realizado no último sábado, 9 de agosto, em Andradina, e o sensei Gordo

A Associação Jalesense de Judô foi uma das 19 associações convidadas para participar, no sábado, dia 9 de agosto, do 1º Campeonato Tomodachi de Judô, realizado em Andradina (SP).

Tomodachi é a expressão da língua japonesa para se referir a "amigo".

Com uma delegação de 12 judocas, sob a direção técnica do sensei Luiz Antônio Nunes de Moraes, o popular Gordo, a Associação brilhou no tatami e conquistou 10 medalhas no total, sendo 4 de ouro, 4 de prata e 2 de bronze. (ver quadro).

O campeonato foi realizado no Ginásio Municipal de Esportes "Agenor Francisco da Cunha" (Gime) e contou com a participação de 400 judocas de toda a região e de várias idades nas modalidades masculino e feminino. A competição foi organizada pela Associação de Judô Andradinense, com apoio da Prefeitura Municipal e supervisão da 5ª Delegacia Regional Noroeste da

Federação Paulista de Judô. O técnico Luiz Antônio Nunes de Moraes elogiou o desempenho e o comprometimento dos judocas: "Mais uma vez nossos atletas mostraram que disciplina, dedicação e espírito de equipe fazem a diferença. É gratificante ver o esforço de cada um sendo recompensado com resultados expressivos. Seguimos firmes, treinando e nos preparando para os próximos desafios, sempre com muito orgulho de representar Jales", afirmou.

O elogio do sensei Gordo aos seus judocas são merecidos, visto que, na 2ª Copa de Judô Para Todos – Professor Farath, realizada no Centro Regional de Eventos, em São José do Rio Preto, a Associação Jalesense de Judô brilhantemente conquistou 12 medalhas sendo 6 de ouro, 4 de prata e 2 de bronze, e repetiu outra vez, em Andradina, esse brilhantismo. Foram duas excelentes participações em uma semana.

Judocas medalhistas no 1º Campeonato Tomodachi de Andradina(SP)

Nomes	Sexo	Classes	Medalha
Bernardo Almeida Belias	M	Sub 7	Ouro
Patrick Belias Ferreira Junior	M	Sub 7	Ouro
Miguel Henrique Francisco Delatin	M	Sub.7	Ouro
Laura Alves Brasilino	F	Sub.11	Ouro
Maria Luísa da Silva Moniche	F	Sub 18	Prata
Davi Luiz Naves Delfino	M	Sub.11	Prata
Matheus Henrique Francisco Delatin	M	Sub 13	Prata
Kaio Correia Silveira	M	Sub 15	Prata
Bryan Mazonas Pelisson	M	Sub 11	Bronze
Hugo Henrique de Oliveira Simão	M	Sub 15	Bronze



Judocas da Associação, medalhistas da Classe Sub 7

Projetos Multiuso e a Transformação dos Espaços Urbanos

A dinâmica cotidiana tem transformado a forma como vivemos e nos relacionamos com as cidades. Nesse cenário, conceitos modernos de qualidade de vida e planejamento urbano inteligente ganham protagonismo, impulsionando o crescimento dos projetos multiuso nas cidades brasileiras.

Ao reunir, em um mesmo espaço, moradia, trabalho, comércio, lazer e serviços, esses empreendimentos respondem a demandas reais de uma população que deseja mais praticidade e menos tempo perdido no trânsito. Além disso, favorecem uma vida urbana mais integrada, em que os deslocamentos são curtos e os espaços públicos são mais ativos.

Sob a ótica do planejamento urbano, os projetos multiuso contribuem para um uso mais eficiente do solo, ajudam a revitalizar áreas degradadas e estimulam a economia local. Quando bem planejados, a partir de estudos de vocação imobiliária, demanda e cenários futuros, tornam-se vetores de transformação urbana, criando centralidades modernas e conectadas às necessidades contemporâneas.

Assim, mais do que uma tendência, o multiuso é uma estratégia de cidade: aproxima pessoas das suas atividades diárias, reduz impactos ambientais e transforma bairros em polos vi-



foto/divulgação

brantes de convivência, inovação e bem-estar.

Multiuso e o Mix de Produtos Ideal

Apesar de ter alguns conceitos básicos e comuns, como a disponibilização de diferentes usos em um mesmo empreendimento, o mix destes produtos que compõe um projeto multiuso conta com uma infinidade de possibilidades e configurações, sendo fundamental para o sucesso do projeto.

“Quando pensamos em empreendimentos multiuso logo lembramos do varejo, mas com o planejamento de curto, médio e longo prazo o empreendimento poderá derivar além do varejo para outros usos como

instituições de educação e saúde, por exemplo, que



podem ser pensadas em diversas escalas, desde um espaço pequeno para uma loja de conveniência até uma grande área que pode se transformar em âncora para o empreendimento, como um hospital ou uni-

versidade. Isso sem falar nas ocupações destinadas a serviços, lazer e cultura.” Comenta Paulo Takito (foto ao lado), sócio-diretor da Urban Systems.

O sucesso de um projeto multiuso não está apenas em reunir diferentes funções no mesmo endereço, mas em definir o mix de produtos ideal, aquele que gera sinergia entre os usos, atende à demanda local e garante viabilidade econômica no longo prazo.

Em essência, o empreendimento multiuso combina tipologias como residencial, corporativo, hotelaria, varejo, gastronomia, lazer e serviços. Mas a proporção e a forma de integração de

cada uma delas variam de acordo com o contexto urbano, o perfil da população e as tendências de consumo.

O papel da inteligência de mercado

Ferramentas de análise como as usadas pela Urban Systems permitem avaliar cenários futuros, entender tendências e mensurar riscos. Esse planejamento evita que o multiuso se torne apenas um conjunto de funções desconectadas e transforma o projeto em um hub urbano vivo e sustentável.

Em um mercado cada vez mais competitivo, o mix de produtos ideal é aquele que traduz, no espaço físico, as reais necessidades da cida-

de, oferecendo ao mesmo tempo conveniência, integração e retorno para quem investe.

A Urban Systems foi pioneira em estudos de mercado para empreendimentos multiuso tendo como diferencial a leitura das sinergias entre os produtos e suas externalidades positivas, e o entendimento de benefícios e ganhos aos empreendedores.

Seu projeto tem potencial para uso misto? A Urban Systems pode responder! Clique <https://www.urbansystems.com.br/cases-multiuso> e confira os casos de empreendimento Multiuso da Urban Systems!



foto/divulgação

Show beneficente em prol ao Hospital de Amor Unidade Jales: você doa, a gente continua

25
SETEMBRO
20H

JANTAR SHOW
HOSPITAL DE AMOR JALES

LOCAL:
VILLA
ROCCA
EVENTOS

ha
HOSPITAL DE AMOR
JALES
UNIDADE JALES

ISRAEL &
RODOLFFO

As mesas são limitadas e já estão sendo vendidas em até 10x no cartão de crédito para quem adquiri-la no mês de julho. Toda a renda será revertida para as ações do Hospital de Amor, que depende do apoio da comunidade para continuar oferecendo um atendimento de excelência a milhares de pacientes. 100% SEM.

Para adquirir sua mesa, entre em contato pelo WhatsApp: (17) 3624-3910.

Se a sua empresa deseja ser patrocinadora oficial da noite como Patrocinador Diamante, entre em contato com Adriana pelo telefone (17) 99618-8177. O patrocínio inclui:

- 1 mesa com 10 lugares na primeira fileira em frente ao palco
- Envio e exibição de vídeo promocional da empresa no dia do evento
- Autorização para distribuição de folders e brindes nas 89 mesas espalhadas pelo salão
- Autorização para inflável na área externa do salão
- É claro, o reconhecimento por apoiar uma das causas mais nobres: a luta contra o câncer. Participe, colabore, divulgue. Você doa, a gente continua

Novo indutor de ovulação aumenta em até 9% a taxa de prenhez em vacas

Fabio Reynol
MTB 30.269/SP
Assessoria de Comunicação
Embrapa Rondônia

A Embrapa Rondônia (RO) depositou, recentemente, pedido de patente de um indutor de ovulação para bovinos capaz de superar os melhores resultados dos produtos similares no mercado. Chamado de Promov, o novo insumo aumentou em 9% o número de vacas prenhas em comparação ao grupo que recebeu os produtos convencionais. Ambos foram submetidos à técnica de Inseminação Artificial em Tempo Fixo, conhecida pela sigla IATF. A Embrapa procura agora parceiros do setor privado para licenciar a finalização e a comercialização do novo produto (veja quadro abaixo).

Combinação inédita de hormônios em um único produto

O Promov é resultado da combinação de dois hormônios já amplamente utilizados na reprodução bovina, a prostaglandina e o hormônio liberador de gonadotrofina, mais conhecido como GnRH. O novo insumo combina os dois em uma única dose administrada por injeção intramuscular, mesma forma de aplicação do GnRH.

O GnRH é conhecido por melhorar a sincronização da ovulação das vacas, aumentando as chances de prenhez. Já a prostaglandina costuma ser usada antecipadamente, a fim de provocar a redução dos níveis de progesterona, hormônio inibidor da ovulação e da fecundação. Com isso, ela é aplicada dias antes no intuito de preparar o animal para a inseminação.

"Convém ressaltar que essa aplicação convencional de prostaglandina continua sendo necessária em qual-

*Com pedido de patente recém-solicitado, o produto desenvolvido pela Embrapa reúne dois hormônios amplamente utilizados na reprodução animal: a prostaglandina e o GnRH.

*Testado com a técnica de Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF), o Promov registrou taxa média de prenhez de 62%, contra 56% obtidos com produtos convencionais.

*A nova fórmula potencializou a ação de ambos e aumentou a taxa de prenhez em testes realizados com mais de 1,5 mil vacas.

*Cientistas pretendem explorar o uso do indutor em outras espécies de animais, como ovinos, caprinos e equinos.

*Embrapa procura parceiros privados para licenciamento e finalização do produto para levá-lo ao mercado.

quer protocolo de IATF, a diferença é que, além do uso convencional, agora ela foi incluída na formulação do Promov para ser utilizada como adjuvante na indução da ovulação", frisa o pesquisador Luiz Francisco Pfeifer, que coordenou o desenvolvimento do Promov.

cpafro.chtt@embrapa.br ou cpafro.spat@embrapa.br ou pelo telefone: (69) 3219-5004.

"A inovação do trabalho foi testar a inédita combinação em um só fármaco de dois princípios ativos bem conhecidos, a prostaglandina e o GnRH, algo que não tinha sido feito antes", con-



Photo: Luiz Pfeifer/divulgação

O GnRH é conhecido por melhorar a sincronização da ovulação das vacas, aumentando as chances de prenhez

em larga escala. "Foram 12 experimentos para buscar entender o mecanismo de ação e avaliar a fertilidade do produto. No total foram analisadas mais de 1,5 mil vacas, um trabalho enorme", relata Pfeifer. Nos resultados, o grupo-controle, que reuniu animais submetidos à IATF convencional e tratados com GnRH, obteve 56% de vacas

possível ainda estimar o custo exato do novo insumo, uma vez que isso dependerá de questões mercadológicas que envolvem o futuro parceiro privado. No entanto, ele frisa que como se trata da combinação de dois produtos comerciais conhecidos, dificilmente, a formulação ficaria com preços muito acima dos já praticados no mercado. "Além disso, o impacto obtido na produção é relevante e um aumento de alguns reais nas doses aplicadas já seria compensado aumento no nascimento de bezerros propiciado pelo novo insumo," observa.

Potencial para outras biotécnicas e espécies

Embora os testes tenham sido realizados exclusivamente com a técnica de IATF, os pesquisadores acreditam que o Promov pode beneficiar outras biotecnologias reprodutivas. Entre as possibilidades está a sincronização de receptoras de embrião, utilizada para melhorar a eficiência reprodutiva e, principalmente, acelerar o ganho genético do rebanho em diferentes contextos.

"Pretendemos agora iniciar novos estudos para avaliar a eficácia do Promov em outras técnicas e também realizar mais estudos de dose-resposta, pois o modo de ação hormonal sugere que ele pode ter bons resultados também em diferentes contextos", afirma

Pfeifer.

Outra frente que deve ser explorada é o uso do indutor em outras espécies de animais, como ovinos, caprinos e equinos. "Essa é uma linha que podemos explorar dentro da própria Embrapa e com centros de pesquisa parceiros", projeta o pesquisador.

Um impulso à reprodução bovina nacional

Com mais de 230 milhões de cabeças de gado, o rebanho bovino brasileiro é o maior do mundo, e a IATF é uma das principais ferramentas utilizadas para aumentar a produtividade e a qualidade genética dos animais. Nesse cenário, tecnologias como o Promov representam um avanço importante, ao permitir maior eficiência sem a necessidade de insumos novos ou caros.

A chegada de um indutor de ovulação mais eficaz e de aplicação simplificada pode beneficiar diretamente milhares de produtores rurais, especialmente os que trabalham com sistemas de cria, em que a eficiência da reprodução é determinante para o sucesso da atividade.

Se conseguir atrair um parceiro industrial disposto a investir na finalização e escalonamento da tecnologia, a Embrapa pode transformar uma descoberta laboratorial em um insumo amplamente adotado na pecuária brasileira, com ganhos expressivos para a produtividade do setor.



*Considerando o custo do protocolo + sêmen + mão de obra + utensílios para IA (R\$ 51,00/vaca).

Oportunidade de parceria com o setor

Com o pedido de patente já registrado, a Embrapa está em busca de parceiros para o codese desenvolvimento e licenciamento do produto.

As empresas interessadas podem entrar em contato com a equipe da Embrapa Rondônia pelos e-mails:

cpafro.chtt@embrapa.br ou cpafro.spat@embrapa.br ou pelo telefone: (69) 3219-5004.

Após definir uma fórmula que permitisse a sinergia entre os dois hormônios, os pesquisadores fizeram testes

de prenhez. Já o grupo que recebeu o Promov registrou 62% de animais fecundados. "Trata-se de um aumento significativo em uma fazenda de cria que utiliza a IATF como principal forma de manejo reprodutivo", enfatiza o pesquisador.

Pfeifer revela que não é

Aquecimento global apresenta riscos crescentes para resiliência das árvores tropicais

Manuela Bergamim
(MTB 1951-ES)
Embrapa Florestas

Um estudo liderado por uma equipe internacional de 126 instituições, incluindo a Embrapa Florestas, e publicado recentemente pela revista Science ("Anéis de árvores pantropicais mostram pequenos efeitos da seca no crescimento do caule"), revelou que as árvores tropicais têm resistido a secas intensas ao longo do último século. No entanto, o aumento das temperaturas globais já começa a afetar sua capacidade de recuperação, com potencial para, no futuro, elevar a mortalidade dessas plantas.

A pesquisa analisou os dados dendrocronológicos (cronologias de anéis de crescimento) de mais de 10 mil árvores, com cerca de 20 mil séries de anéis de crescimento de quase 500 locais em 36 países, representando 163 espécies e 33 famí-

as botânicas com proporções similares de cronologias de angiospermas e gimnospermas em regiões tropicais e subtropicais (latitudes entre 30°N e 30°S), como a Amazônia, Floresta Atlântica, Caatinga e florestas da América Latina, Ásia e África.

Segundo o estudo, desde 1930, as secas extremas reduziram o crescimento dos troncos em média 2,5%, mas as árvores conseguiram se recuperar nas estações chuvosas seguintes. No entanto, o aumento na frequência e intensidade das secas, fomentados pelas mudanças climáticas, preocupa os pesquisadores, pois pode superar a capacidade de recuperação das árvores, levando a um declínio mais acentuado no crescimento e a um aumento na mortalidade de árvores.

"Compondo a maior rede pantropical de dendrocronologia já utilizada até o momento, a Embrapa Florestas participou do projeto com dados e análises den-

drocronológicas desenvolvidas de espécies-chave da Mata Atlântica, ajudando a entender como diferentes biomas respondem às secas", explicou Paulo Cesar Botosso, pesquisador da Embrapa Florestas e coautor do estudo. As análises mostraram que, mesmo em florestas úmidas, as árvores estão sentindo os efeitos do clima mais quente, embora ainda consigam se recuperar, afirmou.

Segundo os autores, secas recentes já causaram reduções mais acentuadas no crescimento do caule em comparação com secas anteriores, fazendo com que a recuperação das árvores fique mais difícil.

Apesar da resiliência atual, os cientistas alertam que o aumento da temperatura global pode reduzir a capacidade das florestas tropicais de armazenar carbono, agravando as mudanças climáticas.

Manuela Bergamim (MTB 1951-ES)
Embrapa Florestas



Photo: Zig Koch/divulgação